

**AÇÃO SINDICAL E
DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
SOLIDÁRIO**



CADERNO ENFOC Nº1

**Diretoria Executiva da Contag
(Gestão 2009-2013)**

Presidente

Alberto Ercílio Broch

Vice-presidente e Secretária de Relações Internacionais

Alessandra da Costa Lunas

Secretário Geral

David Wylkerson Rodrigues de Souza

Secretário de Finanças e Administração

Manoel José dos Santos

Secretário de Formação e Organização Sindical

Juraci Moreira Souto

Secretário de Assalariados e Assalariadas Rurais

Antonio Lucas Filho

Secretário de Política Agrária

Willian Clementino da Silva Matias

Secretária de Meio Ambiente

Rosicléia dos Santos,

Secretário de Política Agrícola

Antoninho Rovaris

Secretário de Políticas Sociais

José Wilson de Souza Gonçalves

**Coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres
Trabalhadoras Rurais**

Carmen Helena Ferreira Foro

**Coordenadora da Comissão Nacional de Jovens
Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**

Maria Elenice Anastácio

Secretário dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Terceira Idade

Natalino Cassaro



**ESCOLA NACIONAL DE
FORMAÇÃO DA CONTAG**

AÇÃO SINDICAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL SOLIDÁRIO

CADERNO ENFOC N°1

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICO SINDICAL DA CONTAG – ENFOC

Conselho político gestor

• Direção Contag

Alberto Ercílio Broch – Presidente
Carmen Helena Ferreira Foro – Secretária de Mulheres
David Wylkerson Rodrigues de Souza – Secretário-Geral
Juraci Moreira Souto – Secretário de Formação e Organização Sindical
Manoel José dos Santos – Secretário de Finanças e Administração
Maria Elenice Anastácio – Secretária de Jovens

• Representantes das regiões

Maria de Lourdes da Silva – Nordeste
Naildo Santos – Centro Oeste
Adauto Valentino da Silva – Norte
Pedro Mário Ribeiro – Sudeste
Sérgio de Miranda – Sul

Equipe pedagógica

Amarildo Carvalho de Souza – Assessor de Formação e Organização Sindical
Armando Santos Neto – Assessor da Coord. de Jovens
Célia Hissae Watanabe – Assessora de Formação e Organização Sindical
Cléia Anice da M. Porto – Assessora de Política Agrária
Elizário Noé Boeira Toledo – Assessor de Política Agrícola
Eliene Novaes Rocha – Assessora de Políticas Sociais
Fani Mamede – Assessora de Meio Ambiente
Iara Duarte Lins – Assessora de Fin. e Administração
Maria Cavalcante Vicente – Assistente Técnica – Terceira Idade
Marleide Barbosa de Sousa – Assessora da Sec. de Assalariados
Raimunda de Oliveira Silva – Assessora de Formação e Organização Sindical
Sara Deolinda C. Pimenta – Assessora de Mulheres

Equipe operativa

Juraci Moreira Souto – Sec. de Formação e Organização Sindical
Amarildo Carvalho de Souza – Assessor de Org. e Formação
Célia Hissae Watanabe – Assessora de Org. e Formação
Raimunda de Oliveira Silva – Assessora de Org. e Formação
Maria José e Silva – Secretária

Assessoria da CONTAG

Adriana Borba Fetzner – Assessoria Parlamentar
Amarildo Carvalho de Souza – Assessoria de Formação e Organização Sindical
Ana Maria Krigner Pompe – Assessoria da Comissão Nacional de Mulheres
Armando Santos Neto – Assessoria da Comissão Nacional de Jovens
Célia Hissae Watanabe – Assessoria de Formação e Organização Sindical
Cléia Anice da Mota Porto – Assessoria de Política Agrária
Décio Lauri Sieb – Assessoria de Política Agrícola
Edson Barbeiro Campos – Assessoria da Vice-Presidência
Eliene Novaes Rocha – Assessoria de Políticas Sociais
Elizário Noé Boeira Toledo – Assessoria de Política Agrícola
Evandro José Morello – Assessoria de Políticas Sociais
Fani Mamede – Assessoria de Meio Ambiente
Iara Duarte Lins – Assessoria de Finanças e Administração
Ivaneck Perez Alves – Assessoria Jurídica
Leyde Alves Pedroso – Assessoria da Comissão Nacional de Mulheres
Luiz Vicente Facco – Assessoria da Presidência
Luismar Ribeiro Pinto – Assessoria da Secretaria de Assalariados
Maria do Socorro Souza – Assessoria de Políticas Sociais
Moacir Chaves Borges – Assessoria de Política Agrícola
Marleide Barbosa de Sousa – Assessoria da Secretaria de Assalariados
Paulo de Oliveira Poleze – Assessoria de Política Agrícola
Raimunda de Oliveira Silva – Assessoria de Formação e Organização Sindical
Raquel Luiza Cardoso dos Reis Silva – Assessoria de Formação e Organização Sindical
Ronaldo Ramos – Assessoria de Política Agrícola
Sara Deolinda C. Pimenta – Assessoria de Gênero
Zeke Beze Júnior – Assessoria de Política Agrícola (ou Coordenador Executivo do Projeto Bird de Comercialização)

Escola Nacional de Formação da Contag.

Ação sindical e desenvolvimento rural sustentável solidário. – Brasília: Editora???, 2009.
104 p. – (Caderno EnfoC; n. 1).

1. Desenvolvimento rural sustentável. 2. Desenvolvimento agrícola. 3. Reforma agrária. I.
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. II. Título. III. Série.

CDU 338.1:63(81)

A Escola

“Escola é... o lugar onde se faz amigos
não se trata só de prédios, salas, quadros,
programas, horários, conceitos...
Escola é, sobretudo, gente,
gente que trabalha, que estuda,
que se alegra, se conhece, se estima.
O diretor é gente, o coordenador é gente, o professor é gente,
o aluno é gente, cada funcionário é gente.
E a escola será cada vez melhor na medida em que cada um
se comporte como colega, amigo, irmão.
Nada de ‘ilha cercada de gente por todos os lados’.
Nada de conviver com as pessoas e depois descobrir
que não tem amizade a ninguém
nada de ser como o tijolo que forma a parede,
indiferente, frio, só.
Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar,
é também criar laços de amizade,
é criar ambiente de camaradagem,
é conviver, é se ‘amarrar nela’!
Ora , é lógico... numa escola assim vai ser fácil
estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se,
ser feliz.”

Paulo Freire

Sumário

INTRODUÇÃO	9
1 DESENVOLVIMENTO RURAL: CONCEITOS E CONCEPÇÕES	11
1.1 “Ruralidade ou ruralidades?”	13
1.2 Territorialidade e desenvolvimento territorial	16
1.3 Estado e desenvolvimento	21
2 PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL: IMPACTOS POLÍTICOS, SOCIAIS, ECONÔMICOS, AMBIENTAIS E CULTURAIS	30
2.1 Dinâmica do desenvolvimento: teias de relações.....	33
2.2 Impactos dos grandes projetos no campo brasileiro	35
3 DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	45
3.1 Multifuncionalidade da agricultura familiar	47
3.2 Aspectos históricos da multifuncionalidade da agricultura.....	48
3.3 Novas Ruralidades e territorialidades: construção de formas solidárias de produção.....	51
3.4 Projeto agroextrativista de assentamentos rurais	54
3.5 Política ambiental e democratização de recursos hídricos	56
3.6 Organização do trabalho familiar no campo	60
4 PROJETO ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO.....	65
4.1 Concepção e prática do PADRSS: a relação com as novas tendências sobre desenvolvimento e sustentabilidade	68
4.2 A política transversal de gênero, geração, raça e etnia no PADRSS	71
4.3 Reforma agrária e agricultura familiar como base para o desenvolvimento sustentável.....	76

4.4	O papel da reforma agrária para o desenvolvimento sustentável.....	77
-----	--	----

5 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NOS ESTADOS: LIMITES E DESAFIOS PARA AÇÃO SINDICAL81

5.1	Avançar com as políticas de reforma agrária e de fortalecimento da agricultura familiar	87
5.2	Síntese das Regiões	90

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 95

REFERÊNCIAS99

Assessoria da CONTAG.....104



Introdução

Vivenciamos um processo de formação no qual somos autores e atores. Nele a leitura, análise e discussão, juntamente com os elementos que cada um traz consigo (culturais, políticos, ideológicos, afetivos...), constituem-se elementos transformadores dos cenários (locais, territoriais, regionais e nacional) que atuamos. Ao mesmo tempo, estaremos dialogando e sistematizando com outros companheiros(as) o percurso formativo e educativo da nossa caminhada. Pois, como disse o poeta ¹: Não existe caminho. O caminho se faz ao caminhar.

A ideia é muito simples. Consiste em construir uma rede de saberes e conhecimentos que contribuam para orientação e organização das ações pedagógico-metodológicas de formação no Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), em que a voz dos agricultores e agricultoras seja o ponto de partida; afinal eles leem e interpretam o mundo de acordo com os acúmulos construídos cotidianamente.

Neste sentido, a Escola Nacional de Formação da Contag constitui-se não só no espaço orgânico a serviço do fortalecimento, aperfeiçoamento e qualificação da ação sindical desenvolvida MSTTR, como também sendo a catalizadora de todas as energias deste processo de construção de uma Política Nacional de Formação.

Neste contexto, a escola é chamada a atuar e contribuir com uma permanente consciência crítica do MSTTR na análise, reflexão e aprofundamento dos rumos da luta, da organização sindical, da cultura política e sindical e na permanente qualificação e socialização do seu projeto de transformação, o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS).

A Escola potencializa os processos ou atividades formativas desenvolvidas pela Contag, FETAGs e STTRs. Sendo orgânica, a Escola, tanto se referencia nos mesmos espaços de reflexão e macrodeliberações coletivas do MSTTR, como privilegia outros espaços para a avaliação, proposições de temáticas e demandas do coletivo do MSTTR.

Os cursos de formação são momentos de aprofundar os eixos temáticos gerais trabalhados, capazes de oportunizar e estimular uma visão crítica da realidade atual

¹ Antonio Machado



e da própria prática política do MSTTR, dialogando com as peculiaridades regionais, territoriais e municipais, com vista a auxiliar com reflexões sobre os possíveis rumos para o MSTTR.

Esse caderno surge de uma construção coletiva: momentos de estudos, reflexões, discussões vivenciados em diferentes espaços do itinerário formativo da Enfoc. E cumprirá o seu papel à medida que possa servir de subsídios para seus estudos individuais, para os cursos desenvolvidos nos Estados e para orientar as discussões nos Grupos de Estudos Sindicais. O caderno é você que faz!

Bons estudos!



1

desenvolvimento RURAL: conceitos e concepções





1.1 “Ruralidade ou ruralidades?”

13

A discussão em torno dos conceitos de “ruralidade” e “desenvolvimento” indica que estes termos não são meros conceitos. São campos de disputa sobre diferentes concepções de sociedade, e que têm repercussões na vida cotidiana dos trabalhadores(as). Mas, antes de tudo, faz-se necessário deixar claro que o espaço rural é um fenômeno social. É produto da ação de homens e mulheres sobre o meio natural, e enquanto fenômeno social este espaço é construído historicamente. As ideias, noções e as representações que se faz do rural são produções racionais que sofrem transformações no tempo e no espaço, entendido como *“um conjunto de objetos e um conjunto de ações”*.²

Território

A palavra território refere-se a uma área delimitada sob a posse de um animal, de uma pessoa (ou grupo de pessoas), de uma organização ou de uma instituição. O termo é empregado na política (referente ao Estado Nação, por exemplo), na biologia (área de vivência de uma espécie animal) e na psicologia (ações de animais ou indivíduos para a defesa de um espaço). Todos os sentidos compartilham da ideia de pertencimento de uma parcela geográfica por um indivíduo ou uma coletividade.

A expressão de Milton Santos, “O território é o dado essencial da condição da vida cotidiana” ilustra muito bem o sentido da expressão território. O espaço rural é um território socialmente organizado com relações de bases históricas e políticas que vão além da análise econômica, configurando-se como um ambiente

² Conf. SANTOS, 1996.



A compreensão de uma nova noção de ruralidade procura tematizar o mundo rural nas sociedades contemporâneas, do Norte e do Sul. Postula a existência de um processo de resignificação – ou, como diriam outros, de desconstrução-construção – do rural construído por aquelas antigas oposições: sociedades tradicionais-modernas, rural-urbano, campo-cidade e agricultura-indústria.

político institucional, cultural, no qual se mobilizam atores e atrizes sociais em prol do seu projeto de desenvolvimento, e não apenas um espaço de oposição ao meio urbano.

A literatura especializada vem tratando o espaço rural como um espaço diversificado, cuja função pode estar re-

lacionada também a outras atividades próprias da esfera do consumo especialmente moradia e consumo, que extrapolam a dimensão restrita da produção agrícola.

Segundo Abramovay (2003), ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial; não pode ser encarada como etapa do desenvolvimento social a ser vencida pelo avanço do progresso e da urbanização. Ruralidade é um valor para as sociedades contemporâneas por seu significado na preservação da biodiversidade e pelo seu significado para a construção e o fortalecimento da identidades dos sujeitos do campo. O meio rural pode ser definido a partir da sua relação com a natureza por permitir um contato muito mais imediato dos habitantes locais com a natureza do que nos centros urbanos. Além disso, ele pode ser percebido, também, a partir da relativa dispersão da sua população em contraposição com as imensas aglomerações das regiões urbanas. É neste sentido que o rural está sendo redescoberto. Ele deixa de ser visto apenas como espaço voltado para a produção agropecuária, e passa a ser visto como espaço de atividades ligadas à preservação ambiental, ao fortalecimento da produção familiar, e principalmente a um modo de vida, constituidor e constituinte de identidades sociais e coletivas.

Pode-se dizer que a identidade do rural não está mais vinculado a uma existência absolutamente autônoma das relações que o constitui e nem mesmo de uma essência escondida que se revela por partes. Cada identidade do espaço rural é expressão de múltiplas ordens relacionais que se dão em redes materiais e afetivas, de pertencimento familiar, de vizinhança, de grupos sociais, de classe, de identidades regionais, influências internacionais, em síntese local e global numa “ambiência socioecossistemas”³. Desta forma, a identidade do rural ou as identidades do rural só podem existir de forma relacional, isto é, só podem existir e serem pensadas a partir das relações com algo que a cultura significa como não rural.

A passagem de uma concepção de rural fechada (definida a partir do antagonismo

³ Entende-se por ambiência, o tratamento dado ao espaço físico como espaço social, profissional e de relações interpessoais que deve proporcionar atenção acolhedora, resolutiva e humana. E por socioecossistema um sistema que inclui, entre seus elementos, componentes e inter-relações próprios de sistemas naturais e sociais constituindo um todo integrado.



com a cidade) para concepções abertas (relacional) insere novas compreensões sobre este espaço: uma ruralidade como uma construção histórica, diversificada na qual contempla a emergência de novos atores e novas disputas discursivas (WANDERLEY, 2000); uma ruralidade como um espaço de revalorização da natureza que, por complexos processos, cria urbanidades contemporâneas que valorizam a vida no campo e a produção de alimentos saudáveis (CARNEIRO, 1998). A ruralidade passa a ser vista como modo particular de utilização do espaço e da vida social que implica contornos ecossistêmicos, de moradia e de uma forma específica de ver e viver a própria existência no mundo. Sem dúvida, as ruralidades contemporâneas apresentam fluxos culturais e materiais entre campo e cidade que rompem com as concepções essencialistas de um ser que se opõe ao outro.

Portanto, as ruralidades são frutos das construções humanas que se opõem às análises científicas submergidas nas tensões e visões que cada uma das ciências sociais constrói sobre as relações que fazem emergir o rural e as ruralidades. São condições do conhecimento que se estabelecem e que, portanto, constroem e revelam relações que configuram essa identidade.



A ideia central de território é que ele é mais do que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico. (ABRAMOVAY, 2000)

1.2 TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Em consonância com as questões da identidade do espaço rural, inclui-se o conceito de território que está relacionado diretamente com a ideia de poder, no seu sentido amplo, ou seja, nas suas diversas origens e manifestações, mas sempre focando sua projeção no espaço. A ideia que emerge dessa afirmação

Território

Espaço geográfico caracterizado por aspectos comuns de cultura, solo, clima, rios, organização social e coesão social, marcados pelo sentimento de pertencimento dos habitantes. Portanto, são (regiões) que se organizam para definir suas estratégias. (MDA)



sobre território é de um espaço determinado e delimitado por e a partir de relações de poder. Em suma, o território é definido e constituído por relações sociais que estão nos centros das relações econômicas, culturais e políticas que contituem um modo de viver que caracteriza um determinado espaço.

Por outro lado, a expressão desenvolvimento tornou-se palavra-chave nos dias atuais. Não é à toa que existe uma busca incessante de todos os povos pelo desenvolvimento. Este conceito tornou-se também o grande objetivo pelo qual se anseia e para o qual convergem os esforços da humanidade. No entanto, sobre ele, também, há muita divergência e distintas concepções. Faz-se necessária uma reflexão para entender melhor as distintas concepções a esse respeito.

Apesar de se ouvir a palavra 'desenvolvimento' com enorme frequência, é muito raro que seu sentido seja bem explicitado. Todo mundo faz de conta que está entendendo quando usa essa palavra, mas ninguém dá uma explicação satisfatória sobre o seu significado. E não adianta imaginar que os grandes especialistas no assunto possam resolver o problema. Eles ainda não chegaram a um acordo sobre a melhor definição de desenvolvimento, e não há sinais de que esse acordo esteja próximo. Isto ocorre em decorrência de ser um conceito ainda em elaboração, e por ser um espaço que projeta interesses contraditórios. Afinal, ele se tornou o centro de interesses de disputa das distintas representações sociais e que tem influenciado na atuação do Estado traduzida em políticas públicas diferenciadas.

Alguém já deve ter ouvido dizer que atualmente vivemos numa sociedade global. A globalização tornou-se a última fase de uma planetarização tecnoeconômica. Tudo parece estar envolvido numa configuração tipo "aldeia global". Uma sociedade-mundo que dispõe de um território sem fronteiras, unidos por um sistema de comunicações complexa, com uma textura de comunicações (aviões, telefone, fax, Internet) como nenhuma outra sociedade do passado jamais teve. Uma sociedade na qual a economia atual é de fato mundial.

Ao pensar o desenvolvimento, leva-se em conta a sua base técnico-econômica de indicadores mensuráveis de crescimento e de receita. Ela supõe que o desenvolvimento

Desenvolvimento

Desenvolvimento sustentável é um processo de melhoria da qualidade de vida de toda a população e que compatibilize o crescimento econômico, a conservação dos recursos naturais e a igualdade social, a curto e longo prazo.

Desenvolvimento local é aquele promovido a partir dos recursos, das potencialidades e dos agentes locais e orientado para o fortalecimento da economia e da sociedade local.

Desenvolvimento solidário é aquele no qual os mercados, o Estado, as instituições privadas e as relações sociais estão sujeitas à regulamentação social e ao interesse público.





tecnoeconômico seja a locomotiva que puxa atrás dela, naturalmente, um “desenvolvimento humano”. Essa visão supõe que o estado atual da sociedade constitui-se no objetivo e na finalidade da história humana.

A palavra desenvolvimento passou a fazer parte do vocabulário de todos, criando uma realidade quase que naturalizada, algo quase que inquestionável. Ao ser enunciado, a expressão desenvolvimento parece explicar-se por si só, dispensando maiores esclarecimentos sobre sua própria definição, os modos de sua realização, as intenções políticas das ações que buscam promovê-lo, etc. Ela também parece ser uma ideia universalista, constituindo num típico instrumento que, por vezes, ignora aquilo que não é calculável nem mensurável: a vida, o sofrimento, a alegria, o amor. O único critério pelo qual se mede a satisfação é o crescimento (da produção, da produtividade, da receita monetária). Definido unicamente em termos quantitativos, ele ignora as qualidades de existência, de solidariedade, do meio e a qualidade de vida.

As definições de desenvolvimento, em grande parte, baseiam-se muito mais numa prescrição (o que deve ser) do que numa descrição (o que é). Não se pode esquecer que o conceito de desenvolvimento é algo socialmente construído, polissêmico, contingente e sujeito a disputas pelo seu significado e uso político-ideológico (DIAS, 2008). E a sua construção e sua aplicação às experiências concretas que tendem a dissociá-lo das tradições, costumes, concepções e práticas locais.

De uma certa maneira a palavra desenvolvimento atrai a ideia de progresso e evolução. Às vezes, elas são tomadas como equivalente a própria palavra desenvolvimento. O que elas têm em comum é o fato de representarem um movimento histórico e orientador da humanidade. Elas indicam um processo linear e ascendente da sociedade humana que representa ir do atraso à modernidade (DIAS, 2008).



Desta maneira os conceitos desenvolvimento e evolução econômica são associados. Quando se fala em desenvolvimento, quase que automaticamente se pensa nas “capacidades sociais de acumular conhecimentos e tornar os processos produtivos mais eficientes, gerando com isso ganhos econômicos. Assim, desenvolvimento e crescimento econômico tornaram-se conceitos equivalentes. A partir disso passou-se, então, a difundi-las como uma ideologia na qual a promoção econômica beneficiaria a todos igualmente.

No entanto, a concepção de desenvolvimento que ainda predomina é aquela na qual se privilegia um modelo centrado apenas no aspecto econômico. No entanto, este modelo começa a se tornar insustentável. Fica cada vez mais claro que seus padrões de consumo conduzem a uma escassez dos recursos tanto ambientais quanto de produção.

O fato é que, num passado não tão distante, por força principalmente dos adornos da sua matriz originária, a noção de desenvolvimento era associada, sobretudo, à ideia de desenvolvimento econômico, que, prometia-se, haveria de produzir bonança material para então garantir estabilidade e comodidade a todos. Nisso havia a atribuição de uma determinada – e apenas determinada mesmo – dimensão qualitativa à expressão. Mas, como sabemos, o campo semântico é um terreno onde interesses e perspectivas buscam dispositivos para se (a)firmarem. E, assim, a noção de desenvolvimento econômico foi deslocada, sendo substituída pela ideia de crescimento. Crescer economicamente não significa distribuir os resultados daí decorrentes. Por outro lado, é certo que a própria expressão desenvolvimento comporta ambiguidades de natureza etimológica – não por acaso o economista indiano Amartya Sen pôs em realce a tese do “desenvolvimento envolvendo todas as esferas da vida”.

Seja como for, nos últimos tempos, vem-se procurando impulsionar o aspecto qualitativo da noção de desenvolvimento. Nesse sentido, a ONU tem-no reformulado, no rastro da tese de Sen, como desenvolvimento humano. E por aqui estão as arraiais da ideia de **Desenvolvimento Local**. Ele viria a ser, portanto, em contextos circunscritos, uma perspectiva voltada para a satisfação de um conjunto de requisitos de bem-estar e de qualidade de vida, pondo o foco num “consensual interesse coletivo comunitário”.

O que diferencia desenvolvimento agrícola do desenvolvimento rural?

O desenvolvimento agrícola envolve aspectos vinculados com o crescimento da produção e produtividade agrícola. Já o desenvolvimento rural relaciona-se, de um lado, a melhorias no nível e na distribuição de renda setorial – incluindo-se questões relativas à geração de trabalho e/ou emprego, concentração da terra e fontes de renda dentro e fora da unidade produtiva –; e, de outro, aos aspectos relacionados com a qualidade de vida no meio rural em suas múltiplas dimensões (MIOR, 1997).



A ideia de sustentabilidade nasceu da crescente percepção acerca dos impactos ambientais do padrão civilizatório acelerado após a Segunda Guerra, cujas evidências empíricas multiplicaram-se a partir da década de 1970. Neste sentido, o componente “sustentável” da expressão refere-se, exclusivamente, ao plano ambiental, indicando a necessidade das estratégias de desenvolvimento rural (como antes definido) incorporarem uma apropriada compreensão das chamadas “dimensões ambientais”. A tendência, desta forma, é que a expressão desenvolvimento rural seja acrescida, cada vez mais, do componente ambiental derivado da palavra sustentável.

Outra expressão muito difundida é desenvolvimento local, também, às vezes, confundida com as demais expressões e livremente intercambiada, como se referisse aos mesmos processos e fenômenos. Tal expressão é recente e deriva de duas grandes mudanças do período recente. Primeiramente, a multiplicação de ONGs que, por atuarem normalmente em ambientes geograficamente mais restritos (a região ou o município), lentamente instituíram seu raio de atuação em tais ambientes e, em decorrência, criaram uma estratégia de “ação local”, que tornou-se ainda mais acentuada, por oposição, quando os impactos dos processos globalizantes aceleraram-se.

A transferência de responsabilidades de Estados antes tão centralizados valorizou crescentemente o “local”, no caso brasileiro, o município. Essa convergência, portanto, é que tem introduzido o desenvolvimento local como outra das noções que gradualmente passaram a ser orientadoras de diversas iniciativas, governamentais ou não.

Uma delas é a noção de um desenvolvimento rural sustentável que surgiu em meados dos anos 80, a partir da crescente difusão da expressão mais geral, “desenvolvimento sustentável”. Esta expressão incorpora noções, por exemplo, de equidade social e da necessária relação com a organização social das comunidades rurais.

Sustentabilidade

A sustentabilidade de um modelo de desenvolvimento se constitui num conjunto integrado de fatores que potencializem ao mesmo tempo a manutenção do capital natural dos territórios, a sustentação dos ecossistemas, qualidade de vida, cidadania, eficiência na gestão dos recursos, equilíbrio demográfico, valorização da identidade popular, fortalecimento da organização social e equidade. É um conceito de grande abrangência, que se refere de uma forma geral às condições de reprodução da sociedade no longo prazo.

19

IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança média de vida, natalidade e outros fatores. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente o bem-estar infantil. O índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no seu relatório anual.



Essa nova visão de desenvolvimento rural numa perspectiva territorial defronta-se com o desafio de consolidar uma percepção mais aprofundada sobre o meio rural, na qual seja considerada a diversidade de padrões de uso sustentável dos recursos naturais presentes em cada bioma, a riqueza das manifestações culturais e a importância das populações rurais e de suas estratégias de reprodução econômica, ambiental e social. Esta nova visão implica, também, a superação do modelo patriarcal gerador de violência, que explora o trabalho das mulheres, crianças e jovens (Documento I CNDRS).

O desenvolvimento territorial surge como uma nova estratégia de desenvolvimento no qual busca-se liberar o potencial da agricultura familiar, promover a geração de renda em atividades rurais não agrícolas, expandir o direito de escolhas pessoais e dinamizar a economia de determinado espaço a partir de suas características específicas.



Abordagem territorial

É a perspectiva territorial do desenvolvimento rural sustentável que permite a formulação de uma proposta centrada nas pessoas, que leva em consideração os pontos de interação entre os sistemas socioculturais e os sistemas ambientais e que contempla a integração produtiva e o aproveitamento competitivo desses recursos como meios que possibilitam a cooperação e corresponsabilidade ampla de diversos atores sociais. Território passa a ser considerado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA).

1.3 Estado e desenvolvimento

A relação Estado e sociedade é uma relação histórica e dinâmica que vem sendo construída com a história da própria humanidade. É o resultado dos conflitos de interesse, das interações e dos sonhos. O Estado é a forma de exercer o poder e de organizar a vida gregária: como se organiza e como se assegura a sobrevivência da espécie humana na nossa casa comum (a Terra), garantindo ao maior número de pessoas acesso a recursos básicos que lhes possibilitem viver com dignidade.

As considerações gerais sobre capitalismo, sociedade disciplinar e estrutura social

A discussão histórico-analítica dos padrões de relação entre Estado e sociedade no Brasil no plano político implica a caracterização e análise do sistema político brasileiro



republicano, como também uma discussão sobre a emergência da sociedade civil brasileira pós-anos 80 e das diferentes formas de associativismo e interação com as esferas institucionais da política, além dos avanços e dilemas da democratização e da participação cidadã no contexto da reforma do Estado.

Num primeiro plano deve-se considerar as relações entre o capitalismo, a sociedade disciplinar e estrutura social. Na idade moderna, diferentemente do mundo medieval, foram geradas novas formas de censura como maneira de consolidar o processo político e simbólico, por exemplo a “morte do rei e o lugar “vazio” do poder (Povo, representação); a construção “artificial” da ordem (biopolítica); uma sociedade disciplinar (a governamentalização da sociedade e a interiorização da norma/lei).

Todas estas formas implicaram a mudança estrutural – social, econômica, tecnológica – e redefinição dos padrões do conflito. Desta forma, a Biopolítica teve implicação crescente na vida natural, nos mecanismos e cálculos do poder; como também na redefinição contínua da vida e do limiar entre o dentro e o fora do espaço estatal e público.

A Biopolítica⁴ passou, então, a se constituir no poder-saber, direito e tecnologias do eu, além de acentuar as desigualdades, a discriminação, a violência e o conflito. A questão de identidade subjetiva se dissipa entre o trabalho e as reivindicações sociais complexas (demandas + identidades; pluralidade de esferas, dinâmica local/global, indistinção entre direito e fato, norma e vida biológica, vida privada e existência política).

Neste sentido passou-se a disciplinar no interior do Estado e da sociedade: as técnicas políticas (a “polícia”) e as tecnologias do eu (a subjetivação). De fato, o surgimento das crises do século 20 (guerras mundiais, socialismo, descolonização, crise do fordismo e do corporativismo social-democrata, neoliberalismo) produziu impactos sobre a organização do trabalho, uma reestruturação produtiva e precarização do vínculo. Além disso, fenômenos como desemprego estrutural e banalização da injustiça; responsabilização do indivíduo por sua auto-invenção, autotransformação e sucesso/fracasso passou a vigorar de forma sistemática e calculada com a modernidade. Outros aspectos desta disciplina do Estado moderno foi a exclusão e a violência (refugiados, imigrantes, as condições

⁴ O conceito de Biopolítica na obra de Michel Foucault é tido como o estilo de governo que regulamenta a população através do biopoder (a aplicação e impacto do poder político sobre todos os aspectos da vida humana). Nas obras de Michael Hardt e Antonio Negri, é a insurreição anticapitalista que usa a vida e o corpo como armas; entre os exemplos estão os refugiados e o terrorismo suicida. Conceitualizado como o oposto do biopoder, o qual é visto como a prática da soberania em condições biopolíticas. A biopolítica é um campo que permite agregar, aproximar, associar setores da realidade relacionados com a vida, a natureza e o conhecimento, cujas mudanças ao longo do tempo foram provocadas pela indústria, pela ciência e pela tecnologia, que hoje disputam o campo político-econômico mundial.



para acesso às políticas sociais, intervenção humanitária x política, islamismo/terrorismo). O capitalismo cognitivo produziu informação, conhecimento, redes, flexibilização, novos padrões de divisão social e conflito trabalhista que reconfiguraram toda a sociedade moderna.

Os reflexos desse Estado moderno repercute nas interpretações da relação Estado-sociedade no Brasil. No contexto brasileiro inicia-se a construção de modelos interpretativos: modernização, dependência, autonomia nacional, socialismo, inserção global. É o caso, por exemplo, de interpretar a história da humanidade à luz da da modernização, um reprise do colonialismo, dependência, inserção subordinada/periférica no sistema capitalista.

Segundo Lynch (2008) trata-se de uma história que nos países novos, de riqueza intensamente concentrada, economia agrária, população predominantemente rural e analfabeta, assiste-se a uma clara disjunção entre forma e substância que dá origem ao que se chama aqui de *democracia aristocrática*, em que predomina a figura do cidadão senhor – cidadão diante dos seus iguais, pertencentes à elite, e aristocrata frente ao restante da população, excluída da política real. Nesses países, os grandes proprietários rurais e seus aliados conformam um Janus bifronte: por um lado, a face política da grande lavoura, voltada para dentro do Brasil, tinha natureza nobiliárquica ou estamental de fato, quando não de direito; por outro, sua face voltada para fora, para a Europa, a levava a identificar-se, por conta da natureza empresarial de suas atividades, com as demandas daquela nova sociedade emergente, contrária ao intervencionismo político e econômico.

A modernidade interpreta a história à luz do paradigma do ocidente. Cria-se paradigmas que servem para interpretar a história da civilização, assim, se por um lado, sua identificação com a modernidade europeia ou norte-americana, as elites de sociedades desiguais e periféricas se veem na necessidade de adotar constituições nominalmente democráticas, para não perderem “o bonde da história” ou da “civilização”; por outro, essas elites não fazem



qualquer esforço no sentido de efetivamente democratizar a sociedade em que vivem (LYNCH, 2008).

Patrimonialismo

O patrimonialismo é a característica de um Estado que não possui distinções entre os limites do público e os limites do privado. Foi comum em praticamente todos os absolutismos. O monarca gastava as rendas pessoais e as rendas obtidas pelo governo de forma indistinta, ora para assuntos que interessassem apenas a seu uso pessoal (compra de roupas, por exemplo), ora para assuntos de governo (como a construção de uma estrada). Como o termo sugere, o Estado acaba se tornando um patrimônio de seu governante.

A relação Estado-sociedade

A relação Estado-sociedade inicialmente no Brasil tem fortes influências do patrimonialismo. Nele, o governante trata toda a administração política como seu assunto pessoal, do mesmo modo como explora a posse do poder político como um predicado útil de sua propriedade privada. Ele

confere poderes a seus funcionários, caso a caso, selecionando-os e atribuindo-lhes tarefas específicas com base na confiança pessoal que neles deposita e sem estabelecer nenhuma divisão de trabalho entre eles. Os funcionários, por sua vez, tratam o trabalho administrativo que executam para o governante como um serviço pessoal, baseado em seu dever de obediência e respeito.

Em suas relações com a população, eles podem agir de maneira tão arbitrária quanto aquela adotada pelo governante em relação a eles, contanto que não violem a tradição e o interesse do mesmo na manutenção da obediência e da capacidade produtiva de seus súditos. Em outras palavras, a administração patrimonial consiste em administrar e proferir sentenças caso por caso, combinando o exercício discricionário da autoridade pessoal com a consideração devida pela tradição sagrada ou por certos direitos individuais estabelecidos. Outro fator foi a concretização do processo de insulamento burocrático⁵, como uma das expressões características da política à brasileira, onde as elites modernizantes, tecnoburocráticas e empresariais criaram as condições basilares e os mecanismos socioeconômicos adequados para promover o desenvolvimento para suas bases de representação (NUNES, 2003), que potencializaram a desigualdade e a exclusão sociais.

Segundo Lynch (2008), a visão de mundo dos republicanos paulistas passava por uma visão de mundo marcada pelo chamado darwinismo social. Na sua vertente liberal, o darwinismo aplicava à organização social o ideal de mercado de uma concorrência

⁵ Para a teoria organizacional contemporânea, o insulamento burocrático representa o processo de proteção do núcleo técnico do Estado contra a interferência oriunda do público ou de outras organizações intermediárias. Ao núcleo técnico é atribuída a realização de objetivos específicos. O insulamento burocrático significa a redução do escopo da arena em que os interesses e as demandas populares podem desempenhar este papel. Esta redução da arena pela retirada de organizações cruciais do conjunto da burocracia tradicional e do espaço governado pelo Congresso e pelos partidos políticos, resguardando estas organizações contra tradicionais demandas burocráticas ou redistributivas. (NUNES, 2003, p. 34).



perfeita entre os produtores econômicos, cobrando do Estado completa abstenção, sob pena de, comprometendo a sobrevivência dos mais aptos, brechar a evolução social.

Segundo Spencer, o desemprego e a pobreza eram resultados normais da inaptidão dos moralmente mais fracos no êxito pela vida; por conseguinte, a ajuda estatal aos pobres, preconizada pelo novo liberalismo, não somente não melhoraria a condição dos menos aptos como prolongaria sua condição de imprevidência, aumentando inutilmente a burocracia do Estado e reduzindo a liberdade individual. Além disso, a remoção dos obstáculos à felicidade humana pela ação do Estado ou pela caridade provocaria o declínio nacional ao produzir um povo efeminado, carente de vertebração moral. A pobreza era fruto da incapacidade congênita dos menos aptos na luta pela vida que, por isso, deveriam ser deixados à própria sorte e desaparecer.

Neste sentido, vê-se, portanto, que, apesar de se exprimir formalmente num discurso liberal democrático, o âmbito da república democrática defendida pelo republicanismo agrário paulista coincidia com aquele da “nação” da monarquia parlamentarista idealizada pelos conservadores e liberais do campo – um espaço público restrito aos proprietários de terras, aos profissionais liberais e aos altos funcionários do Estado – ou seja, aos patrões; ficando fora dela todo o restante da população, isto é, a força de trabalho que os abolicionistas e a Coroa queriam elevar à categoria de cidadãos plenos.

Outro aspecto é a modernização tecnológica e econômica que acentuou o aprofundamento das desigualdades, da cidadania regulada à desregulação/flexibilização. A complexidade das modalidades de desigualdade/exclusão – classe, raça, gênero, origem regional, orientação sexual, religião, nível educacional, relação com o Estado, etc. não foram criadas na modernidade, mas aprofundadas nela. Por exemplo, as dimensões da violência: redundância/indiferença, perda do referencial de universalidade do direito num contexto de desigualdade persistente, impunidade, perda da perspectiva de oportunidade e de futuro, repressão policial e controle dos bairros populares pelo crime organizado.

Criou-se a ideia de que a marginalidade é resultante exclusivamente da pobreza: milhares de desocupados, de ociosos que não querem trabalhar honestamente – é triste confessar – constituídos quase na sua totalidade de brasileiros; indivíduos que invadiram propriedades e construíram nelas, com a infração de leis municipais, barracos de material furtado ou graciosamente conseguido, neles se instalando e nada pagando pela habitação que passaram a desfrutar, proliferando e formando as favelas, descrédito e vergonha da Cidade Maravilhosa. As favelas são viveiros e valhacoutos de marginais de todas as categorias.



A Sociedade civil brasileira pós-anos 80

A Sociedade civil brasileira pós-anos 80 resistiu à ditadura: antagonismo e recriação do campo popular-democrático como sociedade civil – uma estratégia hegemônica. A lógica de movimento x lógica de instituição: o transformismo brasileiro, a inovação política e social e os limites do projeto democrático de base na transição do autoritarismo à

democracia. Têm-se diante de si uma pluralidade social e demandas complexas: os novos sujeitos sociais brasileiros dos anos de 1980 e as políticas de identidade. Ao mesmo tempo percebe-se uma crise da virada dos anos de 1980: derrota do imaginário radical-democrático em Berlim e Brasília; orfandade de modelos de sociedade alternativos; desmobilização; Redes, parcerias, mobilização em escala global: entre a governamentalidade e a ruptura democratizante.

A disputa entre o Estado e a sociedade civil, que se acirra no chamado período de “redemocratização”, ou seja, a partir dos anos 80, produziu avanços significativos na construção das relações sociais e políticas que apontam para o fortalecimento da sociedade e para a melhor definição do papel do Estado. Nesse processo, o tecido social brasileiro ganhou consistência e impulsionou a constituição de parâmetros políticos para as novas relações entre o Estado e a sociedade. Cada vez mais se busca compreender as relações de dependência, de autonomia, de complementaridade e de exclusão que se estabelecem entre esses dois sujeitos.

Essas relações produzem comportamentos políticos que contribuem, efetivamente, na construção política social do tipo: (a) uma sociedade civil mais forte; (b) existência de espaços de disputa e de negociação de políticas públicas; e (c) introdução de um novo modelo de relação entre o Estado e a sociedade – a relação política em que o Estado convive com o papel crítico da sociedade e esta, por sua vez, coopera com o Estado naquilo que a fortalece, de forma autônoma e independente.

A sociedade civil é uma composição de sujeitos sociais formais e informais, heterogêneos, com diferentes graus de organização, de interesses políticos e objetivos; é diferente das organizações do mercado, dos órgãos públicos de Estado e dos partidos políticos. Nessa concepção, a sociedade civil é bastante abrangente e

“Políticas públicas”

são diretrizes e regras que regulam e dizem como devem ser as relações entre o poder público e o Estado. A formulação de políticas públicas é um processo que exige negociações, pressões, mobilizações e alianças de interesses. Há uma diferença entre política pública e política governamental. Nem toda política governamental (estatal) é pública. Para que uma política seja pública, é preciso ver a quem se destinam os resultados e como foi feita.



se diferencia do mercado, pela lógica econômica, financeira e lucrativa deste. Em relação ao Estado, a diferença está no poder que ele tem de estabelecer regras legais, de coagir e de tutelar os indivíduos na sociedade. E, por fim, em relação aos partidos políticos, diferencia-se pelo seu objetivo principal de chegar ao poder político para exercer o controle do Estado.

Na contemporaneidade a sociedade civil inclui um grande número de sujeitos sociais com práticas, objetivos, modalidades de atuação e projetos diferentes. Constitui-se por movimentos, cujo elemento característico aglutinador é exatamente o caráter de intervenção no processo de aumento da democratização do Estado, de conquista de direitos políticos, sociais, econômicos, culturais, ambientais, que passam pela capacidade de negociação, diálogo, intercessão, mas sem perda da identidade, da autonomia, da capacidade de crítica.

Democratização, participação, reforma do Estado e os desafios republicanos da conjuntura atual



O desencanto com o Estado: anti-estatismo neoliberal x anti-estatismo socialista. O neoliberalismo, à virada hegemônica e o advento do Estado-mercado. A confluência de dois processos antagônicos: avanço da nova ordem capitalista global e ativação da sociedade civil como ator coletivo. O público não-estatal: reinventar o republicanismo?

É importante ressaltar que em qualquer sociedade moderna, independente de sua configuração política, o Estado desenvolve funções econômicas de fundamental importância para o modelo de desenvolvimento que se quer implantar. Ele tem funções básicas no plano econômico, bem como papel dominante nas atividades de cunho social. Ele congrega fatores trabalho, capital e recursos naturais em proporções diversas as que caracterizam a esfera privada. O empenho do setor público em serviços econômicos-sociais básicos garante o controle de boa parcela do estoque de capital destinada a ações de fomento: justiça, segurança, bem-estar social, afirmação

O Estado de Direito é aquele em que os homens e as mulheres são governados pelo poder da lei e não pelo poder de outros homens. A lei é a proposição jurídica que trata igualmente todos que estejam na mesma situação. A vontade da lei se impõe tanto aos particulares como aos agentes do Estado como pessoa de direitos e obrigações.

A participação dos atores sociais nos processos de fortalecimento e ampliação das políticas de promoção do desenvolvimento rural sustentável, está entre um dos elementos centrais para um novo modelo de desenvolvimento pautado pela transformação do meio rural num espaço ainda mais produtivo e de qualidade de vida com justiça social (MDA).



A Carta da Terra está concebida como uma declaração de princípios éticos fundamentais e como um roteiro prático de significado duradouro, amplamente compartilhado por todos os povos. De forma similar à Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, a Carta da Terra será utilizada como um código universal de conduta para guiar os povos e as nações na direção de um futuro sustentável.

nacional, desenvolvimento econômico, dentre outros.

O Estado como instituição política teria surgido da necessidade de se estabelecer um acordo entre os indivíduos da sociedade, com o objetivo de dirimir os conflitos que se apresentavam num período mais primitivo, no

tocante à divisão de bens. Ele é resultado de uma longa evolução na maneira de organização do poder. A sociedade política moderna passou a uma centralização de poder político e administrativo, a uma unificação de fronteiras, língua, cultura, economia e poderio militar.

Respeitar e cuidar da comunidade de vida:

- respeitar a terra e a vida com toda a sua diversidade;
- cuidar da comunidade de vida com compreensão, compaixão e amor;
- construir sociedades democráticas, justas, sustentáveis, participatórias e pacíficas;
- assegurar a riqueza e a beleza da Terra para as gerações futuras.

Integridade ecológica

- proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação com a diversidade biológica e com os processos naturais que enriquecem a vida;
- prevenir o dano ao ambiente como melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, tomar o caminho da prudência;
- adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário;
- aprofundar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e ampla aplicação do conhecimento adquirido.

Justiça social e econômica

- erradicar a pobreza, um imperativo ético, social, econômico ambiental;
- garantir que as atividades econômicas e instituições, em todos os níveis, promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável;
- afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, ao cuidado da saúde e às oportunidades econômicas;
- apoiar, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, dando especial atenção aos povos indígenas e às minorias.

Democracia, não-violência e paz

- reforçar as instituições democráticas em todos os níveis e garantir-lhes transparência e credibilidade no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões e no acesso à justiça;
- integrar na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida os conhecimentos, os valores e habilidades necessários para um modo de vida sustentável;
- tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.



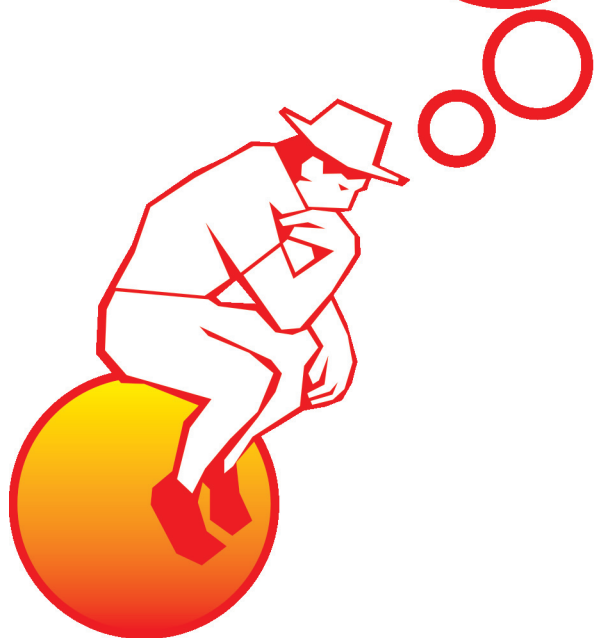
É importante ressaltar que o Estado tem um importante papel a cumprir, seja na economia, seja na sociedade. A construção de um projeto de desenvolvimento tem que se basear nos novos paradigmas da equidade social, que prioriza através das políticas públicas o enfrentamento eficaz da situação de miséria em várias áreas do País e dos graves desequilíbrios regionais.

Diante do reconhecimento da importância do real papel do Estado como indutor de desenvolvimento e apesar desse entendimento, ainda existem muitas dúvidas. Muitas vezes não se consegue distinguir de forma clara qual a diferença entre os modelos de desenvolvimento e outras designações de desenvolvimento como: regional, rural, integrado, etc. Na verdade existem diferentes visões acerca do desenvolvimento, mas, é importante entendê-lo como um processo socioeconômico multifforme, determinado apenas pela conjugação das potencialidades, competências e capacidades de cada grupo em cada local.



Pense um pouco...

1. Discuta com os colegas a compreensão que se tem de desenvolvimento.
2. Por que o movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais chama de "alternativo" o projeto de desenvolvimento que se quer construir?
3. Que discussões e iniciativas, com base nas premissas do PADRSS, foram implantadas no seu município?
4. O que pode ser um projeto alternativo de desenvolvimento rural na ausência de um modelo nacional de desenvolvimento?
5. Qual é o eixo propositivo de um projeto alternativo de desenvolvimento rural?
6. Quais as características dos modelos de desenvolvimento: territorial, sustentável, local, regional?



2

PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL: IMPACTOS POLÍTICOS, SOCIAIS, ECONÔMICOS, AMBIENTAIS E CULTURAIS





2.1 Dinâmica do desenvolvimento: teias de relações



No capítulo anterior discutiu-se que não existe uma única concepção de desenvolvimento. Que esta ideia vem se modificando e várias concepções diferentes estão em disputa. No entanto, existe na visão predominante a ideia de que o desenvolvimento tem como único objetivo o crescimento econômico. Esta visão define o mercado como condutor de todos os processos de desenvolvimento, principal indutor e organizador dos processos produtivos dos agricultores familiares, como evidências dos mecanismos de mercantilização da agricultura. Esta opção torna-se problemática a reprodução social e material, via receita das atividades agrícolas somente.

O IDH é um bom indicador das condições de vida da população. Ele é calculado com base em três fatores: longevidade (esperança de vida ao nascer e mortalidade infantil); escolaridade e renda (renda *per capita* e desigualdades de renda). Dos 50 municípios brasileiros com melhor IDH, metade são municípios pequenos que têm como base econômica a agricultura familiar.

Nesta temática busca-se retomar a questão do desenvolvimento para discutir os padrões impostos historicamente. Neste aspecto, deve-se incorporar uma série de questões como o atendimento público das necessidades básicas da população, como: saúde, educação, seguridade social e soberania alimentar; além de se considerar como fundamentais a equidade nas relações de gênero e raça/etnia, a



participação popular na definição das políticas públicas, a valorização da juventude e das necessidades dos idosos(as) na construção de uma estratégia ou projeto de desenvolvimento.

O sindicalismo rural, no esforço de construir um projeto de desenvolvimento, renova a esperança de uma vida melhor para os que vivem no e do campo. A partir dessa vontade constrói e compartilha uma visão de desenvolvimento sustentável que significa a ampliação da qualidade de vida através da melhoria constante nos aspectos econômicos, sociais, culturais, educacionais, ambientais e político-institucionais para esta e para as futuras gerações.

Já entendemos que o sentido do termo “desenvolvimento” não costuma ser explicitado, apesar de seu emprego ser tão frequente. Sempre se faz de conta que será bem entendido, e raro são os que se arriscam a explicar o seu real significado. Por outro lado há aqueles que entendem que ser desenvolvido é ampliar as chances e opções em relação aos habitantes do resto do mundo. Então, desenvolvimento só poderia corresponder à ampliação das possibilidades de escolha e não apenas de modelos de automóvel ou canais de televisão, mas sobretudo das oportunidades de expansão das potencialidades humanas que dependem de fatores socioculturais, como saúde, educação, comunicação, direitos e liberdade.

Contudo, essas possibilidades beneficiam aqueles que já se encontram nas melhores posições, em virtude destes já possuírem as condições basilares em melhor aproveitamento e potencializar as oportunidades e liberdades conquistadas⁶.

Tanto a análise das realidades e das tendências do meio rural quanto aos desafios do sindicalismo rural apontam para a necessidade de uma maior ênfase na dinamização de processos locais e territoriais de desenvolvimento, para a elaboração de propostas de políticas públicas e para o fortalecimento e a expansão das experiências que o movimento sindical vem construindo no campo, como as formas de organização da produção, de comercialização, de agro-industrialização, de crédito cooperativo e de educação.

É fato que há um forte movimento de reestruturação da organização sindical, com o surgimento de um grande número de novas formas de organização, mais

⁶ O conceito de liberdade aqui referido tem a ver com as capacidades que os indivíduos têm em transformá-las em oportunidades, como uma das formas adequadas de desenvolvimento na concepção de Amartya Sen. O autor defende a eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. Entre as privações de liberdade estão a pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência exercida dos Estados repressivos. A liberdade para Sen é a condição basilar para o processo de desenvolvimento por duas razões: Primeira: A razão avaliatória (a avaliação do progresso tem de ser feita verificando se houve aumento das liberdades substantivas das pessoas) e Segunda: A razão da eficácia (a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas), observando as relações empíricas relevantes, em particular as relações mutuamente reforçadoras entre liberdades de tipos diferentes. Ver: SEN, 2001.



adequadas às realidades locais. O número de sindicatos regionais, de sindicatos de assalariados, de agricultores familiares e de novas formas de organização integradas à estrutura sindical é crescente e vão se consolidando como a base de um novo projeto de organização sindical para o campo.

2.2 Impactos dos grandes projetos no campo brasileiro

No Brasil, se faz necessário considerar que o crescimento econômico e as transformações sociais e políticas, nas últimas décadas, criaram condições e circunstâncias inteiramente novas para a produção de novos impactos no rural brasileiro. Segundo Aguiar (2008) as políticas públicas no Brasil sempre tiveram uma atenção dirigida predominantemente para o desenvolvimento agrícola. A forma com que as forças políticas encaminharam a questão agrícola (o que e quanto produzir) agravou a questão agrária (como e quem produz) e não contribuiu com o desenvolvimento rural. Ou seja, o desenvolvimento agrícola não levou ao desenvolvimento rural.

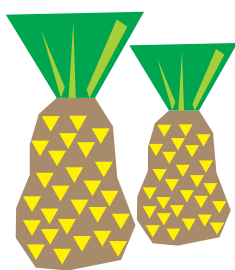
O impacto negativo do modelo modernizante, baseado nos princípios da Revolução Verde, fez sentir a necessidade de se propor alternativas que tivessem no seu campo de preocupações, não somente os aspectos econômicos, mas que contemplassem fundamentalmente as variáveis sociais, culturais e ambientais, sem as quais se tornaria praticamente impossível a conformação de um modelo sustentável ao longo do tempo.

De uma forma crítica, a “Revolução Verde” proporcionou através destes ‘pacotes’ agroquímicos a degradação ambiental e cultural dos agricultores tradicionais. Esse ciclo de inovações se iniciou com os avanços tecnológicos do pós-guerra, embora o termo revolução verde só tenha surgido na década de 1970. Desde essa época, pesquisadores de países industrializados prometiam, através de um conjunto de técnicas, aumentar estrondosamente as produtividades agrícolas e resolver o problema da fome nos países em desenvolvimento.

Revolução verde

Revolução verde refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 1960 e 1970. O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes melhoradas (particularmente sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização e diminuição do custo de manejo. Também são creditados à revolução verde o uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, assim como na Gerenciamento de produção.





No Brasil, passaram a desenvolver tecnologia própria, tanto em instituições privadas quanto em agências governamentais (como a Embrapa) e universidades. A partir da década de 1990, a disseminação destas tecnologias em todo o território nacional permitiu que o Brasil vivesse um surto de desenvolvimento agrícola, com o aumento da fronteira agrícola, a disseminação de culturas em que o país é recordista de produtividade (como a soja, o milho e o algodão, entre outros), atingindo recordes de exportação. Há quem chame esse período da história brasileira de Era do Agronegócio (ou Era do Agrobusiness, embora esse último termo soe provocativo em alguns círculos nacionalistas).

O País produz e exporta a comida que falta nos pratos da maioria dos trabalhadores brasileiros, já que a lógica do mercado é imposta pelo capital mundializado. Neste sentido os grandes projetos agrícolas denominados de agrobusiness ou agronegócio, embora sejam definidos pelos articulistas e dicionário como “a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com eles”⁷.

No Brasil, agronegócio é um modelo específico de organizar a produção e o comércio na agricultura e que se transformou numa categoria socioeconômica. Ele representa a aliança que se produziu a partir do neoliberalismo entre os grandes proprietários de terra com as empresas estrangeiras. Essas grandes transnacionais, como Monsanto, Bunge, Cargill, ADM, Syngenta, Bayer, Basf, Dreyfus, Unilever, Nestlé e Danone, dominam todo o comércio mundial e os preços dos insumos e produtos agrícolas. Este modelo de exploração, por sua vez, exerce influência na trajetória produtiva da agricultura familiar, que prioriza as atividades que acenem com retorno econômico que, por vezes, fragiliza inclusive a produção de alimentos básicos para a manutenção das famílias. Essas deficiências comprometem aquilo que Van der Ploeg (1990, 1992, 2006) chamou de reprodução autônoma, onde os agricultores elaboram e reproduzem as condições necessárias para reprodução interna, a partir dos recursos localmente disponíveis.

⁷ Conceito elaborado pelos pesquisadores da Universidade de Harvard, John Davis e Ray Goldberg, já em 1957.



Esta forma de produção é uma das responsáveis pelas profundas transformações verificadas na agricultura brasileira, principalmente nas últimas décadas, conhecida como processo de modernização capitalista da agricultura, período no qual o setor primário deixou de ser um mero provedor de alimentos in natura e consumidor de seus próprios produtos, para ser uma atividade, integrada aos setores industriais e de serviços.

Esse modelo impõe o monocultivo especializado em grandes extensões de terra. E, para se viabilizar, precisa de mecanização intensiva, muito veneno agrícola (os agrotóxicos) e pouca mão de obra. Basicamente toda a produção é voltada para o comércio exterior. Exportam a maior parte da soja, milho, algodão, café, açúcar, etanol e laranja que fabricam. Tudo isso financiado com dinheiro público, com juros subsidiados.

Alguns impactos podem ser percebidos neste contexto: primeiro é a difusão da ideia de que não haveria mais “latifúndio no Brasil” e sim modernas empresas rurais. Não haveria, então, mais terra improdutiva no campo brasileiro. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento.

Um segundo aspecto resultante da presença dos grandes projetos no campo é a sua capacidade reduzida de oferta de emprego. As pequenas unidades são as que mais empregam e destinam parte expressiva de suas rendas para esta finalidade.

Um terceiro aspecto é o gargalo logístico que envolve praticamente toda a infraestrutura de transporte do País. As estradas brasileiras apresentam sérias deficiências. Acrescente-se a idade avançada da frota de caminhões. Por fim, a questão de produzir sem agredir o meio ambiente. O Brasil aumenta significativamente sua produção. No entanto, a área plantada vem diminuindo a cada ano, isso significa que as transformações no sistema de produção, incluindo melhoramento genético e equipamentos, transformaram o meio agrário brasileiro.



A CUT e a Contag caracterizaram 26 diferentes regiões no País segundo as dinâmicas de desenvolvimento (seis na Região Sul, cinco na Região Sudeste, seis na Região Nordeste, quatro na Região Centro-Oeste e cinco na Região Norte). Estas dinâmicas foram classificadas segundo as diferentes condições de desenvolvimento da agricultura (familiar ou patronal, intensiva ou extensiva, diversificada ou especializada, tecnificada ou tradicional, capitalizada ou descapitalizada), as suas relações com o entorno socioeconômico (relação com o meio urbano, regiões metropolitanas, urbanizadas de forma descentralizada ou semi-urbanizadas, agrícolas ou industriais) e segundo as condições ambientais de cada região.



No Brasil, é possível identificar várias razões que explicariam o surgimento de crescentes esforços sociopolíticos de revalorização da “sociedade rural” e suas atividades produtivas, de seu modo de vida e suas características socioculturais e de suas organizações e propostas societárias.

Atualmente, há um conjunto de elementos que explicitam as iniciativas no sentido do desenvolvimento rural. Estes elementos revelam limites que remetem às condições estruturalmente existentes e de origem mais remota, à sua racionalidade intrínseca e operacional. Além disto, são cada vez mais determinantes os limites operados por uma nova ordem internacional que vem sendo materializada nos anos recentes.

A abertura comercial e o acirramento concorrencial derivado da globalização têm significado, de fato, um gradual “encurralamento” das opções que se apresentam ao mundo rural. O primeiro desses limites reside, exatamente, na extrema heterogeneidade das atividades agrícolas e rurais no Brasil, diferenciação que foi exacerbada intensamente no período recente, quando diversas regiões (ou atividades intrarregionais) sofreram forte intensificação econômica e dinamismo tecnológico. Em oposição, outras partes do País rural parecem ainda dormir em contextos do passado, seja no plano da (falta de) integração econômica ou mesmo em relação à natureza das relações sociais e políticas, que permanecem distantes de padrões de institucionalidade satisfatórios, fruto de processos políticos intitulados de “o poder do atraso”. Embora algumas dessas diferenças tenham sido atenuadas, especialmente pela difusão dos meios de comunicação e da ampliação da capilaridade dos meios de transporte, tornando excepcionais as regiões agrárias relativamente isoladas, ainda são muito diferenciadas entre si as diversas partes do mundo rural brasileiro, sob vários aspectos.

Apesar de o Brasil ter a cada ano que passa um aumento significativo em sua produção, registros comumente internacionais mostram que a área plantada vem diminuindo a cada ano, isso significa que as transformações no sistema de produção, incluindo melhoramento genético e equipamentos, transformaram o meio agrário brasileiro. Esse, na verdade, é o grande mito do agronegócio brasileiro, da mesma forma que ocupam vantajosas posições sobre a superprodução de grãos, O País iguala-se a países bem mais pobres, quando se refere ao fator “fome”.

No ecossistema, as agressões aos solos, vegetação, hidrografia, clima são inegáveis, pois o agronegócio sobrevive de uma monstruosa ação de retirada de cobertura vegetal de matas nativas, principalmente no cerrado. Antigas áreas do interior do Brasil, até então desconhecida pelo seu baixo valor de produção, hoje, estão se consolidando como novos celeiros produtivos. Além da contribuição muito significativa na parcela de destruição do meio ambiente, o Agronegócio é praticado como



uma atividade econômica mais prejudicial que positiva e de forma violenta ao meio ambiente.

No entanto, contraditoriamente, além de não resolver o problema da fome, aumentou a concentração fundiária, a dependência de sementes modificadas e alterou significativamente a cultura dos pequenos proprietários. A introdução destas técnicas em países menos desenvolvidos provocou um aumento brutal na produção agrícola de países não industrializados. Países como o Brasil e a Índia foram alguns dos principais beneficiados na produção, mas também mais prejudicados ambientalmente e culturalmente, pois muitas técnicas agrícolas que harmonizavam com a produção de alimentos, foi tratada como “atraso” e, em busca da modernidade, efetuou-se um caso clássico de modernização conservadora, em que em benefício de poucos se destruiu o patrimônio de todos.

Quando analisamos os aquíferos⁸ sabemos que seu destino final são os centros urbanos, e os lançamentos de agrotóxicos para combater as pragas sempre acabam atingindo esses mananciais, ou seja, em função dessas toxinas o valor do tratamento da água para o consumo aumenta e automaticamente o consumidor passa a pagar mais caro e sem ter a certeza que está totalmente livre de tóxicos.

O Nordeste é um exemplo, que recebe um enorme contingente populacional imerso em situação de pobreza rural associada a dramáticos indicadores sociais, e certamente exigirá intervenções iniciais de mais forte impacto, o primeiro deles no campo fundiário, alterando fortemente a distribuição da propriedade da terra. Outro limite revela-se a partir dos anos 90 nos quais se verificaram a crescente formalização de acordos que, na prática, têm praticamente significado o fechamento dos mercados agrícolas para os países que são grandes exportadores do Terceiro Mundo, como o Brasil, impedindo notavelmente as tentativas de aumento das exportações agrícolas.

Encontrado tal limite estrutural de aumento da atividade produtiva no campo, decorrem também outras barreiras, como o virtual estancamento do mercado de trabalho rural ou a própria dinamização das atividades agroindustriais e das estruturas de comércio correspondentes, que têm crescido, quase sempre, apenas em resposta ao aumento vegetativo da demanda. Tais limites constituem-se, desta forma, na estruturação prévia que condiciona qualquer processo de rejuvenescimento social e econômico no campo brasileiro. Sem considerá-los devidamente não se construirá um processo de desenvolvimento rural no Brasil.

⁸ Aquífero é toda formação geológica em que a água pode ser armazenada e que possua permeabilidade suficiente para permitir que esta se movimente. Vê-se, portanto, que para ser um aquífero, uma rocha ou sedimento, tem que ter porosidade suficiente para armazenar água, e que estes poros ou espaços vazios tenham dimensões suficientes para permitir que a água possa passar de um lugar a outro, sob a ação de um diferencial de pressão hidrostática.



A agricultura de grande escala gera pouco emprego e causa um êxodo rural que os centros urbanos não são capazes de absorver com dignidade. O agronegócio não é solução, mas parte do problema, pois resolve a vulnerabilidade externa do País, aumentando a interna. Este *boom* agrícola recente é o relançamento da estratégia que o País praticou nos anos 1980, durante a primeira grande crise do balanço de pagamentos brasileiro. As exportações dos complexos agrícolas e agroindustriais foram priorizadas como forma de gerar elevados saldos comerciais e tirar o Brasil da crise de liquidez criada com o endividamento da década anterior. Assim, a agricultura exportadora, de larga escala, é extremamente produtiva e eficiente, mas permite a existência de latifúndios improdutivos e especulação fundiária. Os proprietários lucraram com o fato de que, devido ao bom desempenho do agronegócio, o preço de suas terras sobe e alimenta o ímpeto especulativo no campo.

As relações de trabalho no campo: entre o atraso e a modernidade



A relação de trabalho no espaço rural brasileiro impõe um desafio às formulações de políticas públicas que possibilitem a passagem de formas de trabalho (produção) ancoradas ainda no atraso para a sua inserção na modernidade. No entanto, precisa ficar claro quanto ao conceito de modernidade que servirá de apoio ao trabalho rural. Isto é imperativo em virtude dos equívocos das opções históricas que geraram profundas distorções e desperdícios de recursos tanto humanos como ambientais.

O principal atraso do setor deve-se ao fato de se ter vinculado o conceito de modernidade apenas ao empreendimento privado. O cidadão e a sustentabilidade não foram prioridades do setor privado, nem mesmo das políticas públicas, uma vez que a produção sempre visou ao mercado externo.

Desde o início da colonização do País, a atividade canavieira foi predominante no Nordeste, especificamente na Zona da Mata. Esta é a matriz de onde decorre toda a sua história que vem passando por períodos de altas e baixas. A grande concentração, o conservadorismo e a lentidão das transformações tecnológicas marcaram a evolução deste setor, bem como as relações dos usineiros e fornecedores de cana com o Estado, a fim de que este adotasse medidas protetoras para ajudar na superação dos problemas, seja de ordem conjuntural ou estrutural.

Nas últimas décadas tem ocorrido uma inversão profunda no perfil dos contratos de trabalho. A contratação de trabalhadores(as) permanentes tem diminuído.



Em compensação o número de trabalhadores(as) temporários tem aumentado. Uma mesma empresa contrata trabalhadores temporários-permanentes a cada safra, criando assim uma nova categoria sem condições de acesso ao seguro desemprego e a muitos direitos trabalhistas.

O quadro de precarização das relações de trabalho no campo pode ser demonstrado pelos fatores: idade, que exclui das contratações o trabalhador que tem idade acima de 40 anos, com maior destaque para a mulher de qualquer idade. A jornada de trabalho diária associada à produção (empresas não contratam trabalhadores que não aceitem cortar diariamente acima de 5 toneladas de cana). A mecanização e modernização das técnicas agrícolas, ou seja, tem-se cada vez mais área plantada com cada vez menos trabalhadores contratados. Por fim, até as próprias convenções coletivas de trabalho têm tido um elevado grau de descumprimento pelas empresas, sobretudo, na medição das tarefas, no transporte e no fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI's).

A consolidação de um novo modelo econômico nos anos 1990 trouxe implicações significativas para o conjunto das empresas que atuam no Brasil. O processo de globalização dos mercados com a exigência de novos programas de gestão da produção, de reorganização do trabalho e de inovação tecnológica, obrigou as empresas instaladas no País a se reciclarem para enfrentar a concorrência.

A terceirização originou-se nos Estados Unidos, logo após a eclosão da II GM, pois as indústrias bélicas tinham que se concentrar no desenvolvimento da produção de armamentos e passaram a delegar algumas atividades a empresas portadoras de serviços. Alguns seguimentos no Brasil, como a indústria têxtil, a gráfica se utilizaram da contratação de serviços.



Especificamente, o caso da terceirização, que teve rápida e ampla difusão por todas as atividades da economia, assumindo, assim, o principal papel na implementação do modelo japonês em nosso país, pois tem sido fundamental para garantir os níveis de produtividade e de redução de custos. Essas mudanças na organização da produção e as novas estratégias de gestão representam o processo de reestruturação industrial mundial. De forma inexorável, atinge o mundo do trabalho nos mais variados setores, inclusive a produção rural.

No Brasil, a terceirização foi implantada como um processo único e com total similaridade ao dos norte-americanos. Assim, toma-se a palavra “terceirização” como se fosse uma busca de suprimentos (*outsourcing*), mas, na verdade, este processo não corresponde exatamente à definição que foi importada dos países do primeiro mundo. Ela tornou-se uma moda e transformou-se numa palavra falsa ou enganosa.

Portanto, a palavra-chave para se entender “terceirização” é mais-valia, isto é, quando o trabalho passou a custar mais do que ele é capaz de produzir. A essa



inversão da mais-valia chegou ao limite matemático de que o gasto com empregado é maior que o resultado por produzido, desaquecendo o trabalho subordinado e gerando novas formas de contratação, dentre elas a “terceirização”.

No Brasil, a atenção prioritária das políticas públicas se dirigiu predominantemente para o desenvolvimento agrícola. A forma com que as forças políticas encaminharam a questão agrícola (o que e quanto produzir) e a questão agrária (como e quem produz) se agravaram nas últimas décadas e não contribuíram com o desenvolvimento rural.

Para o trabalhador(a) rural esse modelo traz graves problemas, uma vez que, são dirigidos apenas pela força da lógica do mercado. É o que revela o processo de produção nos grandes projetos no campo: evidenciam uma combinação dos fatores internacionais com políticas públicas que não constroem uma modernidade sistêmica e integrada.

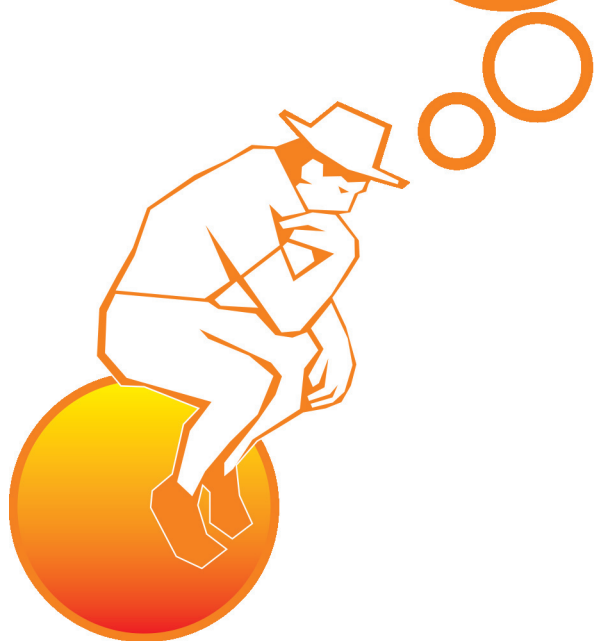


É bom recordar alguns exemplos desses marcos definidores do perfil do setor, sempre associados às políticas internas do Estado e aos fatores externos: (1) foi a metrópole portuguesa a responsável pela introdução da cana na colônia brasileira. Como produtora de especiaria valiosa na época, para isso dividindo a colônia em capitanias e introduzindo a escravidão dos índios e negros; (2) a crise mundial de 1929 estimulou a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), e aquela autarquia fomentou a formação das grandes centrais açucareiras, concentrando a produção e a terra; (3) as dificuldades de cabotagem na 2ª Guerra estimularam a expansão da cana no Sudeste na década de 40; (4) o embargo à Cuba na década de 60 foi um fator definitivo para a expansão da produção brasileira de açúcar e para a ampliação do acesso ao mercado internacional; (5) na década de 70, a crise do petróleo foi o elemento essencial para estimular a concepção e a implantação do Proálcool; e, finalmente, (6) os conceitos impostos pelo neoliberalismo predominante na década de 90 definiram a extinção do IAA e a desregulamentação do setor (PAIVA, 2008).



Para Pensar:

1. Como pode ser caracterizado o desenvolvimento rural no seu território?
2. Identifique que impactos têm sido produzidos com a implantação de grandes projetos no território?
3. Trace um perfil de como se configuram as relações de trabalho no campo no seu território.



3

DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES





3.1 Multifuncionalidade da agricultura familiar



O debate sobre a multifuncionalidade da agricultura ganhou notoriedade durante as negociações da Organização Mundial do Comércio – OMC (1999). Mas foi na ECO-92, realizada no Rio de Janeiro (1992), que os governos reconheceram o aspecto multifuncional da agricultura, particularmente com respeito à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável.

A noção de multifuncionalidade da agricultura possibilita que esta seja percebida não apenas como produtora de bens agrícolas, mas também como responsável pela preservação do meio ambiente, pela segurança alimentar e pela manutenção do tecido social em um determinado território. Ao romper com a visão setorial clássica, que privilegia a lógica econômica, essa noção introduz uma visão integradora na análise do papel da agricultura e da participação das famílias rurais na sociedade local, recuperando uma característica comum aos sujeitos do campo: a valorização da prática da agricultura como expressão de um modo de vida, integrada ao conjunto do universo social e ancorada sobre um território.

ECO-92, Rio-92, Cúpula ou Cimeira da Terra são nomes pelos quais é mais conhecida a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro. O seu objetivo principal era buscar meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. Na Conferência do Rio consagrou-se conceito de desenvolvimento sustentável e contribuiu para a mais ampla conscientização de que os danos ao meio ambiente eram majoritariamente de responsabilidade dos países desenvolvidos.



O caráter multifuncional da agricultura e da terra é derivado do conceito de agricultura e desenvolvimento rural sustentável (ADRS). Essa multifuncionalidade agrícola consiste na ideia de que a agricultura desempenha outras funções além da produção de alimentos e fibras, ultrapassando a problemática das negociações multilaterais relacionadas ao comércio, para se centrar na necessidade de proteger o meio ambiente e a segurança alimentar.

Nos países desenvolvidos os objetivos estratégicos da política agrícola, em especial dos membros da União Européia, visam o aumento da produtividade e da competitividade da agricultura, a melhoria da situação econômica e social, a população agrária e o racional aproveitamento dos recursos naturais, com preservação da sua capacidade regenerativa e estímulo às opções culturais mais compatíveis com as condições agro-climáticas e com as exigências qualitativas dos mercados, com vista a assegurar um nível adequado de segurança alimentar.

No Brasil, a noção de multifuncionalidade da agricultura familiar representa uma tentativa de reconhecer que os estabelecimentos agrícolas e, portanto, os agricultores que neles vivem e trabalham, estabelecem suas estratégias familiares e desempenham outras “funções” não exclusivamente produtivas e mercantis, quebrando assim a hegemonia e exclusividade da “função” econômica sobre as demais. Neste sentido, “mais que focalizar a atividade agrícola como atividade pura e simplesmente vinculada a um setor econômico, o que se privilegia é a própria família de agricultores, em suas complexas relações com a natureza e a sociedade, que moldam as formas particulares de produção e de vida social” (WANDERLEY, 2003).



3.2 Aspectos Históricos da Multifuncionalidade da Agricultura

Historicamente a visão de multifuncionalidade da agricultura surgiu na França, no século 20, e se difundiu pela Europa. Questões como a guerra, fome, xenofobia e, mais recentemente, a ideia européia de que a agricultura seria um setor diferente dos outros por conta da sua ‘multifuncionalidade’ são algumas teses comumente apresentadas por produtores e governos de países desenvolvidos em defesa da ideia da autossuficiência alimentar.

No Brasil, a incorporação da noção de agricultura multifuncional no meio acadêmico e político vem sendo feita a partir dos referenciais franceses. O tema merece uma atenção especial, porque possibilita que se reatualize a importância dos espaços rurais e da agricultura, de forma especial a familiar, na dinâmica do desenvolvimento



rural/territorial, oferecendo “as bases para que sejam repensadas as políticas agrícolas em vigor no tocante às transferências sociais de benefícios aos agricultores” (MALUF, 2003).

A multifuncionalidade surgiu como uma nova forma de pensar a agricultura. A visão que se tinha do setor era de simples produtora de alimentos. Hoje, a agricultura abriga, além da produção de gêneros, outros benefícios para a sociedade como a preservação do meio ambiente, a manutenção do patrimônio cultural do campo, a geração de empregos e a melhoria da distribuição demográfica, evitando aglomerados urbanos que geram pobreza. Neste sentido três preocupações explicam a emergência do conceito de multifuncionalidade: a primeira é a linha fundamental que existe entre a agricultura, o ambiente e o desenvolvimento; a segunda, relativa às relações entre a agricultura e a segurança alimentar e a terceira refere-se às relações entre a agricultura e o comércio. Pode-se falar, então, de múltiplas funções da agricultura: função de contribuir para a segurança alimentar; função ambiental; função econômica e função social.

Uma importante função da agricultura está relacionada às atividades de impacto sobre o meio ambiente. Há inúmeros exemplos de impactos negativos da agricultura, especialmente do modelo de agricultura da chamada revolução verde: substituição das florestas por monocultivos, erosão de solos (e assoreamento de rios e lagos), contaminação de águas e alimentos com agroquímicos, desequilíbrios na população de insetos e plantas silvestres, etc.

Vale ressaltar que neste contexto da multifuncionalidade a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar vai além da produção primária. Sua característica de distribuição de renda e geração de empregos possibilita que milhões de pessoas tenham condições de acessar os alimentos. Mas é bom salientar, também, que grande parte da insegurança alimentar do Brasil provém da inviabilização da agricultura familiar. O descaso histórico com esse setor da agricultura seja através da falta de financiamento adequado, falta de infra-estrutura de produção e comercialização, ausência de políticas públicas de saúde e educação, leva à saída acelerada de agricultores do campo para a cidade, além de outros que permanecem em situação de extrema pobreza. Enfim, o papel desempenhado pela agricultura familiar é estratégico para a segurança alimentar. Tanto pelo lado da produção de alimentos quanto pelo efeito distribuidor de renda deste setor da agricultura, criando condições para o acesso ao alimento.

A população rural vem passando por um intenso processo de envelhecimento e masculinização. A população masculina no meio rural latino-americano, por exemplo, supera a feminina em nada menos que 5,2 milhões de pessoas.





No entanto, vale ressaltar que a agricultura também pode prover um conjunto de serviços ambientais como a conservação de solos e águas, manejo sustentável da biodiversidade, produção de biomassa, etc., cujo valor para as gerações presentes e futuras é incalculável. Mais uma vez as políticas públicas têm profundo efeito sobre qual o modelo agrícola deve-se adotar. Neste sentido a agricultura familiar tem um papel ímpar, no que se refere à função ambiental da agricultura.

Não se pode deixar que as políticas públicas sejam desenhadas somente pelo olhar do mercado ignorando valores culturais intangíveis. Uma agricultura familiar com múltiplas funções para a sociedade, indo muito além da mera produção primária, significa que seu tratamento não está restrito à lógica comercial, ou de mercado. Esta agricultura familiar provê um conjunto de serviços e bens públicos, tangíveis e intangíveis, de elevado valor para a sociedade em geral. Os meros instrumentos de mercado já não são suficientes para dar conta da complexidade do desenvolvimento da agricultura familiar em seus diversos aspectos.

Este reconhecimento das funções múltiplas da agricultura familiar pode implicar transformações nas políticas públicas. A multifuncionalidade pode servir de instrumento de análise a ser utilizado na avaliação de alternativas de políticas públicas de forma a refletir sobre seus impactos nas diferentes funções e nas relações entre elas. Muito mais do que um instrumento de análise, o reconhecimento da multifuncionalidade implica a transformação das políticas públicas para a agricultura familiar extrapolando os limites a que é submetida pelas condições simplesmente de mercado. Deve-se buscar formas e condições de financiamento que dêem conta dessa diversidade de funções deste setor.

A multifuncionalidade é útil para o fortalecimento da agricultura familiar. A discussão sobre suas múltiplas funções não pode, entretanto, ignorar a profunda desigualdade existente, tanto no campo quanto no cenário internacional. Isto significa que não se pode tratar como iguais



as diferentes funções da agricultura familiar e da agricultura patronal no contexto brasileiro.

Sendo assim, a ênfase na unidade familiar e na agricultura como eixo em torno do qual as demais “funções” são exercidas permite que se coloque em cena as várias “facetas” e potencialidades do rural brasileiro na reconstrução de novas dinâmicas territoriais e no fortalecimento das relações campo-cidade. Elas são responsáveis tanto pela conservação dos recursos naturais e da paisagem natural/rural como pela manutenção de um tecido social e cultural, a geração de oportunidades de emprego e renda, local de turismo e lazer, a segurança alimentar (quantidade e qualidade dos alimentos) dentre outras, fazendo dos espaços rurais um lugar de “vida e trabalho”, dimensão que, na maioria dos casos é desconsiderada pelos analistas do meio rural (MALUF, 2003).

3.3 Novas Ruralidades/territorialidades: construção de formas solidárias de produção

Além do aspecto da multifuncionalidade, as regiões rurais estão carregadas de história, de tradições, forjadas pelo trabalho de gerações de homens e de mulheres. Elas possuem um rico patrimônio e mesmo uma identidade cultural forte. A cultura local, fonte de atividades, de orgulho e de bem-estar, pode ser um trunfo maior para o desenvolvimento de formas solidárias de produção e comercialização.

A influência deste enfoque sobre a agricultura tem levado a uma série de rupturas do modo clássico de interpretação do desenvolvimento rural. A principal delas é em relação ao conceito de “rural” e que incide de forma especial sobre o universo das unidades familiares de produção. Em passado recente, o conceito que predominava era o de um rural como espaço totalmente agrícola, principalmente, em função do modelo de desenvolvimento, baseado em uma visão essencialmente produtivista e “homogeneizadora” da realidade.

Tem se falado de um processo de revitalização dos espaços rurais. De um potencial da agricultura e do meio rural na reconstrução destes espaços sociais, capazes de comportar “reformas societárias de cunho integrativo e como base para se repensar a qualidade de vida na contemporaneidade”.

Neoliberalismo é um termo que foi usado em duas épocas diferentes com dois significados semelhantes, porém, distintos: na primeira metade do século 20 significou a doutrina proposta por economistas franceses, alemães e norte-americanos voltada para a adaptação dos princípios do liberalismo clássico às exigências de um Estado regulador e assistencialista; o segundo, a partir da década de 1970, para significar a doutrina econômica que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim num grau mínimo.



Sendo assim, o rural não se confunde com a base geográfica de certo setor econômico, nem como resíduo daquilo que não pertence às cidades, mas como algo que guarda suas especificidades, capaz de contribuir para uma proposta mais ampla de desenvolvimento sustentável (ABRAMOVAY, 1999), recolocando assim, a problemática da ruralidade no contexto das sociedades modernas (WANDERLEY, 1999).

É bem verdade que o capitalismo que se tornou ao longo da história algo tido como normal ou natural, especificamente quando estabelece a competitividade como um dos seus elementos estruturantes. Esta possibilita vê o capitalismo sob dois ângulos: permite que todos os consumidores possam escolher o que mais lhe satisfaz; e que vença o melhor. Nessa corrida, os que melhor atendem os consumidores são tidos como ganhadores, os que não conseguem são os perdedores. Não obstante a essas virtudes, a competição na economia tem sido criticada por causa de seus efeitos sociais. A apologia da competição chama a atenção apenas para os vencedores, enquanto a sina dos perdedores fica na penumbra. Em tese, aqueles que não são os vencedores devem continuar tentando competir, para ver se na próxima vez se saem melhor. Mas, na economia capitalista, o ganhador acumula vantagens e o perdedor acumula desvantagens nas competições futuras.

A questão fundamental é que, para termos uma sociedade na qual predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir. O que está de acordo com a divisão do trabalho entre empresas e dentro das empresas. Cada um desempenha uma atividade especializada da qual resulta um produto que só tem utilidade quando complementado pelos produtos de outras atividades. O médico só consegue curar o paciente com a ajuda dos remédios fornecidos pelas farmácias e pelos serviços prestados por hospitais, ambulâncias, laboratórios, etc. O mesmo vale para quem nos abriga, alimenta, veste, transporta, e assim por diante. Dentro de cada empresa, os trabalhos do operário, do engenheiro, do contador, etc. têm de se combinar harmoniosamente para que as necessidades do cliente sejam atendidas.



O que importa entender é que a desigualdade não é natural e nem a competição generalizada é também. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modo de produção. O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade.

Economia Solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano – e não do capital – de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida.

A solidariedade na economia só é possível se for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. Ninguém manda em ninguém. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. Sem dúvida, a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.

A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica.

O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. Em outras palavras, mesmo que toda atividade econômica fosse organizada por meio de empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável. Uma alternativa frequentemente aventada para cumprir essa função é a renda cidadã, uma renda básica igual, entregue a todo e qualquer cidadão pelo Estado, que levantaria o fundo para esta renda mediante um imposto de renda progressivo.



Economia Solidária é um jeito bem diferente de as pessoas se organizarem em torno do seu trabalho e dos benefícios que este pode produzir. É um movimento de organização de homens e mulheres que, a partir do trabalho coletivo, passam a desenvolver formas de geração de renda, onde todos e todas têm suas necessidades satisfeitas e o uso dos recursos naturais é feito de forma responsável e consciente. Na economia solidária, o trabalho não tem patrão e empregado. Os produtores e produtoras solidários se organizam em sistemas de autogestão. Ou seja, todos são responsáveis pelo empreendimento, todos decidem em conjunto e se beneficiam igualmente dos frutos gerados pelo mesmo. Esses empreendimentos podem ser legalizados em forma de cooperativas, associações, empresas solidárias, etc, desde que valorizem e estimulem a participação de cada produtor(a). O elemento central da Economia Solidária é a pessoa humana e o bem viver coletivo. Nela, homens e mulheres são respeitados em suas diferenças de sexo, raça/etnia, idade ou orientação sexual. Não cabe a reprodução de preconceitos de qualquer natureza. Portanto, a relação é de cooperação, solidariedade e respeito entre todos e todas.



3.4 PROJETO AGROEXTRATIVISTA DE ASSENTAMENTOS RURAIS

POLÍTICAS AMBIENTAIS

Políticas de proteção à atmosfera: é de competência dos estados a execução de programas de monitoramento da qualidade do ar, mas o cumprimento dessa diretriz não é uniforme entre eles.

Políticas de resíduos sólidos: a gestão de resíduos é de responsabilidade dos estados. As ações de gestão de resíduos são regionalizadas, de forma que cada estado e município se organizem financiando suas ações por meio de entidades competentes, no intuito de estimular o consumo sustentável, promovendo o destino adequado do lixo e a principal ação: a educação ambiental.

Políticas de saneamento e recursos hídricos: o Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos é integrado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Agência Nacional das Águas (ANA), Comitês de Bacias Hidrográficas, órgãos do poder público federal, estadual e municipal.

Políticas de proteção às florestas: os principais instrumentos que regulamentam a questão florestal no País são: o Código Florestal (Lei 4.771/95), a Lei de Proteção à Fauna (Lei 5.197/67) e a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81)



Na configuração do novo rural e de uma nova territorialidade, não só se exige transformações na forma de organização e de comercialização, como também na abordagem agroecológica. Esta propõe mudanças profundas nos sistemas e nas formas de produção. A filosofia que sustenta a forma de produzir está de acordo com as leis e as dinâmicas que regem os ecossistemas – uma produção com e não contra a natureza. Propõe, portanto, novas formas de apropriação dos recursos naturais, que se devem materializar em estratégias e tecnologias condizentes com a filosofia-base.

Fatores fundamentais da agroecologia

Equidade: enquanto indicador fundamental da sustentabilidade dos agroecossistemas;

Diversidade: e a compatibilidade cultural como base de construção de agroecossistemas biodiversificados e excludentes e de uma pedagogia de troca de saberes;

Territorialidade: capacidade de suporte dos ecossistemas e a organização espacial/territorial necessária ao desenvolvimento de sistemas agroecológicos de produção.

Os Projetos de Assentamento Agroecológicos podem contribuir para a preservação de áreas comuns, visto que suas bases estão focadas na agricultura orgânica, no extrativismo sustentável e nas atividades socioculturais de apoio à educação ambiental e às tradições. De uma forma genérica, estes projetos de assentamento rurais funcionam como a criação de novas unidades de produção agrícola, em benefício de trabalhadores rurais que recebem apoio creditício para o uso adequado das terras e incentivos à organização social e à vida comunitária. A derivação para projetos de assentamento agroextrativistas e florestais inclui a preocupação ambiental nos assentamentos rurais, com a proposta de inclusão econômica no uso dos recursos naturais, na ótica do desenvolvimento rural sustentável.

Observam-se que estes conceitos são inseridos numa concepção agroecológica bem definida de agroecologia que vai além dos aspectos meramente tecnológicos e agrônômicos da produção agropecuária, incorporando dimensões mais amplas e complexas que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ecológicas quanto as culturais, políticas e éticas, ou seja, a ideia de sustentabilidade do sistema.

Os modelos territoriais-produtivos que aplicam na prática os princípios teóricos e científicos agroecológicos vêm, certamente, sofrendo forte pressão oriunda do processo de modernização agrícola dos últimos 40 anos, com a destinação das áreas de uso comum para projetos e programas governamentais de desenvolvimento que favorecem a expansão de grandes empresas rurais e contrarreforma agrária. Outro fato é que em muitos locais a pressão sobre a terra aumentou sobremaneira, fruto do próprio crescimento populacional e da excessiva divisão das propriedades. Apesar disso, esses modelos tradicionais não deverão ser portadores de formas de organização territorial-fundiária-produtiva capazes de potencializar as propostas contidas na abordagem agroecológica.



As Reservas Extrativistas (Resex) são, talvez, o exemplo mais didático para se perceber como é possível a articulação desses fatores. Elas procuram democratizar, regularizar e definir um determinado território, no qual a produção agroextrativista possa ocorrer de forma sustentável de acordo com as formas tradicionais de exploração dos recursos, autogerida pela comunidade, mas submetida a um plano de uso que normatize as formas de utilização desse território. Vale lembrar que as Resex (Categoria de unidade de conservação de usos sustentável prevista no Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC - (Lei nº 9.985/2000) hoje não se restringem à Floresta Amazônica (produtos da floresta, pesca e agricultura de subsistência), mas se estendem às matas de cocais (babaçu, pesca e agricultura de subsistência), a ecossistemas marítimos (pescadores e coletores de caranguejo e frutos do mar) e vêm sendo pensadas para ecossistemas fluviais (populações ribeirinhas e barranqueiras) que articulam pesca, agricultura de vazante e criação de gado.



3.5 POLÍTICA AMBIENTAL E DEMOCRATIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Em função dos modelos que exploram de forma inadequada os recursos naturais, o planeta Terra enfrenta hoje os desafios relacionados com o aumento da população mundial e a crescente industrialização. O padrão histórico de consumo e industrialização causou alterações significativas sobre o meio ambiente. Por outro lado, há algumas décadas, o mundo assiste a uma propagação da consciência ecológica e crescente preocupação com alternativas de desenvolvimento sustentável, que vêm permitindo que a busca de mecanismos de ação para utilização responsável dos recursos naturais seja inserida na agenda da ação do Estado.

No Brasil, a política ambiental nasceu e se desenvolveu nos últimos quarenta anos como resultados da ação de movimentos sociais locais e de pressões vindas de fora do país. Do pós-guerra até 1972 – ano da Conferência de Estocolmo –, não havia propriamente uma política ambiental, mas sim políticas que acabaram resultando nela. Os temas predominantes

Protocolo de Kyoto

O Protocolo de Kyoto é um tratado internacional cujo objetivo principal é conseguir que, entre 2008 e 2012, os países desenvolvidos reduzam em 5% suas emissões de gases causadores do efeito estufa em relação ao nível de emissões de 1990.



Uso não sustentável de recursos

Poluição atmosférica: caracterizada principalmente pela queima incompleta de combustíveis para fins de transporte, aquecimento e produção industrial, por meio de fontes fixas e fontes móveis, com foco nos grandes centros urbanos.

Resíduos sólidos: caracterizado basicamente pelo lixo não coletado e indevidamente disposto, que atinge as águas pluviais urbanas e rurais, gerando contaminação hídrica e, também, poluição atmosférica.

Poluição hídrica: de modo geral, são caracterizados como a poluição por esgotos domésticos, industrial, disposição dos resíduos de origem agrícola e outros.

Desflorestamento: a questão envolve um dilema entre aspectos ambientais e econômicos.

eram o fomento à exploração dos recursos naturais, o desbravamento do território, o saneamento rural, a educação sanitária e os embates entre os interesses econômicos internos e externos. A legislação que dava base a essa política era formada pelos seguintes códigos: de águas (1934), florestal (1965) e de caça e pesca (1967). Não havia, no entanto, uma ação coordenada de governo ou uma entidade gestora da questão.

Somente em 1998 foi aprovada a Lei de Crimes Ambientais no Brasil, que tipifica as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente que passaram a ser punidas civis, administrativa e criminalmente.

O principal fato que contribuiu para o quadro atual de degradação ambiental no País foi o movimento de industrialização e urbanização, que ocorreu de forma acelerada no período que compreende as décadas de 1930 a 1970. Embora existam várias medidas de controle implantadas ou em pauta na agenda estatal, diversos exemplos de uso não sustentável de recursos estão presentes no País.

Os problemas de meio ambiente estão largamente associados a falhas do sistema de mercado. A maioria dos economistas tende a enxergar os problemas ambientais como meros defeitos na alocação de recursos, que poderiam ser corrigidos através de taxações específicas. Argumentam que as externalidades negativas devem ser incorporadas ao sistema de preços, restabelecendo a coincidência entre o ótimo individual e o ótimo coletivo (VEIGA, 1991).

A Lei n. 9.433, de 1997, instituiu o plano de uma nova Política Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e organizou as instituições em um sistema integrado de gerenciamento. Esta lei foi modificada pela Lei n. 9.984, de 2000, que criou a Agência Nacional das Águas.

Nesse contexto, a política ambiental pode ser considerada como um conjunto de instrumentos à disposição do Estado para alterar a alocação de recursos, de forma a reduzir o consumo de bens e serviços



escassos sujeitos a externalidades negativas, tais como: o ar, que age como veículo de descarga de resíduos de processos de combustão e de diversos processos industriais; os recursos hídricos, que são receptores de efluentes derivados de processos industriais e da própria vida humana; e vários outros.

ACONTECIMENTOS IMPORTANTES PARA O MEIO AMBIENTE

Conferência de Estocolmo (1972): A institucionalização da questão ambiental no Brasil, Evento central da emergência da ideia de desenvolvimento sustentável, especialmente na agenda internacional.

Relatório Brundtland – Our Common Future (1987): Incorporou elementos ao debate sobre o desenvolvimento sustentável dentro do contexto econômico e político de desenvolvimento internacional, e fortaleceu a posição do tema do meio ambiente na agenda política internacional

Clube de Roma – Limites do Crescimento (1972): Demonstrou a iminência do colapso do modelo de crescimento acelerado, consequência da produção industrial sobre os recursos não renováveis. Crise global' (crescimento da população, degradação ambiental e limites de produtividade).

Rio 1992: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Evento no qual o conceito de desenvolvimento sustentável é definitivamente popularizado, servindo como base para o mais importante compromisso até então assumido entre as Nações, a Agenda 21.

O Protocolo de Kyoto (2005): É consequência de uma série de eventos iniciada com a Toronto no Canadá (outubro de 1988), Suécia (agosto de 1990) e que culminou com a ECO-92 no Rio de Janeiro, Brasil (junho de 1992). Constitui-se no protocolo de um tratado internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que provocam o efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa antropogênica do aquecimento global.

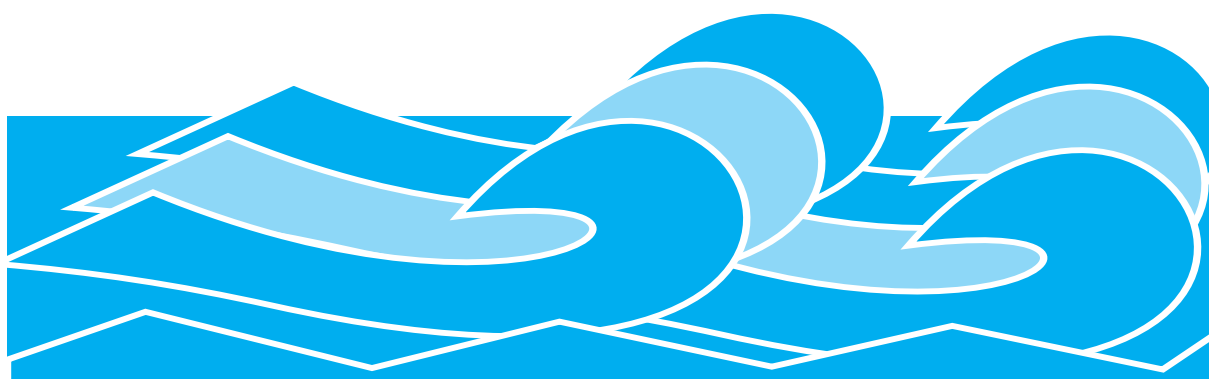


A partir da década de 1980, consolidou-se no mundo a discussão de um novo modelo de desenvolvimento, que tem como princípio central o conceito de sustentabilidade. Neste contexto os Estados brasileiros passaram a discutir e redefinir seu arcabouço jurídico e institucional sobre recursos hídricos, os quais se fundamentam nos princípios da gestão descentralizada, integrada e participativa, tendo a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão e a água como um bem público e econômico.

A Política de Recursos Hídricos define um modelo de gestão fundamentado na aplicação de instrumentos modernos de gestão de comando e controle, com a proposta de arranjo institucional baseado na criação de um sistema de gerenciamento



de recursos hídricos e com a participação da sociedade civil no processo decisório. No Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento, constata-se um impasse entre a emissão das leis instituindo as diretrizes de gestão dos Recursos Hídricos e aplicação das mesmas, seja na sociedade ou em nível institucional. Neste sentido, a aplicação das políticas de recursos hídricos no contexto nacional deve vislumbrar a relação entre a organização da administração pública e identificar os fatores político-institucionais que impedem a participação da sociedade no planejamento dos recursos hídricos.



O que essas iniciativas legais e institucionais têm demonstrado é que, diante da ameaça concreta de um quadro cada vez mais grave de escassez de água, outra mentalidade foi se delineando nesse setor. Gerenciar de forma eficiente os recursos hídricos passa a serem concebidas como a associação de medidas jurídicas, institucionais, administrativas, técnicas e de organização social que, articuladas a medidas estruturais de realização de obras, têm como objetivo o ordenamento e a definição de regras conjuntas dos usos e preservação dos recursos hídricos, que visam assegurar sua sustentabilidade.

Os conhecimentos acumulados sobre o clima permitem concluir não ser a falta de chuvas a responsável pela oferta insuficiente de água no semi-árido, mas sua má distribuição, associada a uma alta taxa de evapotranspiração, que resultam no fenômeno da seca, a qual periodicamente assola a população da região.

No Brasil, a água tem seu balizamento jurídico na Constituição Federal de 1988, que confere à União a propriedade de rios, lagos e quaisquer correntes de água, superficiais ou subterrâneas, ou em território de exclusivo domínio federal ou que banhe mais de um estado, sirvam de limite com outros países ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham (CF, art. 20). Há que se notar que a garantia à dignidade da vida e a um ambiente ecologicamente equilibrado são cláusulas



basilares da Carta Magna brasileira, sendo o acesso e a proteção das águas parte integrante desse direito fundamental. Por outro lado, na doutrina jurídica nacional, uma forte corrente vem conferindo à água o status de bem ambiental de uso comum do povo.

O Brasil possui 12% de toda a água doce da Terra, e ainda sem a antevisão do problema da escassez d'água que tem o Nordeste como exemplo secular. Não obstante, na bacia Amazônica, nossos rios estão secando em razão do desmatamento de suas nascentes acrescido da erosão continuada que ocasiona o assoreamento dos leitos fluviais.

A atualização do mapa geográfico e social do semi-árido brasileiro foi feita em 10 de março de 2005, o Ministro da Integração Nacional assinou, na cidade de Almenara, no nordeste de Minas Gerais, Portaria que instituiu a nova delimitação do semi-árido brasileiro, atualizou os critérios de seleção e os municípios que passam a fazer parte dessa região. Além dos 1.031 municípios já incorporados, passam a fazer parte do semi-árido outros 102 novos municípios. Com essa atualização, a área classificada oficialmente como semi-árido brasileiro aumentou de 892.309,4 km para 969.589,4 km, um acréscimo de 8,66%. Minas Gerais teve o maior número de inclusões na nova lista – dos 40 municípios anteriores, vai para 85, variação de 112,5%. A área do Estado que fazia anteriormente parte da região era de 27,2%, tendo aumentado para 51,7%.



O semi-árido brasileiro é um exemplo de como a ausência d'água pode afetar todo um sistema. Ele se estende por uma área que abrange todos os estados da Região Nordeste (86,48%), a região setentrional do estado de Minas Gerais (11,01%) e o norte do Espírito Santo (2,51%), ocupando uma área total de 974.752 Km².

Para se entender o crescente agravamento da crise de abastecimento de água nas cidades brasileiras, é necessário refletir sobre as mudanças ocorridas em nosso país no pós 2ª Guerra.

3.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR NO CAMPO

Diante desse contexto de mudança: uma nova configuração do rural, mudanças na forma de organização, produção e comercialização da produção centrada em valores humanos e solidários e de uma nova consciência ambiental, impõe-se também uma necessária mudança nas relações de trabalho no campo.

Segundo dados da PNAD/IBGE-2005, 4.907.998 (27,6%) são empregados assalariados que atuam em atividades agrícolas. Deste total, 8,8% (1.573.023) são empregados com carteira de trabalho assinada e 18,7% (3.334.975) sem carteira de trabalho assinada.



Na época em que vivemos, uma das notícias diárias a que mais nos acostumamos refere-se ao problema do desemprego e da falta de trabalho. Economistas, sociólogos e outros cientistas sociais têm se esforçado com afinco no estudo acerca do que está acontecendo com o 'mundo do trabalho'. Entre os especialistas já há um consenso: as formas de trabalhar mudaram na sociedade contemporânea e nem sempre o trabalho que um indivíduo exerce implica um emprego, com todas as garantias e direitos. Isso se revela de forma mais intensa no campo.

Por conta da rápida urbanização e da concentração da maior parte de população brasileira nas áreas metropolitanas, os meios de comunicação e mesmo os estudiosos têm dado pouco destaque ao que ocorre no meio rural, em particular à questão do emprego e do trabalho. No Brasil, quando se fala em rural e agricultura, o que vem a cabeça das pessoas são as imagens que a televisão reproduz: cenas de grandes máquinas colhendo enormes lavouras de soja e cana-de-açúcar ou, pelo lado contrário, contingentes de trabalhadores protestando em nome da reforma agrária. Poucos se perguntam sobre os processos que fogem a esse estereótipo da ruralidade.

Durante séculos o agricultor familiar foi tratado como um produtor rural de menor valor, voltado para pequenas roças de subsistência e sem importância para o desenvolvimento nacional. Historicamente tem-se atribuído à grande propriedade rural a promoção da modernidade e do crescimento econômico no campo.

A verdade é que agricultura familiar sempre teve papel importante na história econômica do Brasil. Desde o período da Colonização, contribuiu decisivamente para fornecer os alimentos e outros meios básicos necessários à manutenção da população. Utilizando terras próximas às áreas com monocultura de exportação, produzia para o abastecimento da própria família do agricultor, dos senhores das terras e dos escravos que serviam de mão de obra para a produção nas grandes plantações, principalmente a cana-de-açúcar, antecessora remota do chamado "agronegócio".

As transformações do mundo do trabalho também afetaram a conformação do mercado de trabalho rural, alterando e diversificando as atividades e as formas de ocupação. No que se refere especificamente aos agricultores familiares, é

Não se pode falar em desenvolvimento rural sustentável e solidário sem considerar os trabalhadores assalariados e assalariadas rurais, que constituem a parte mais explorada e marginalizada da categoria trabalhadora rural.

preciso destacar que do total de famílias rurais deve-se tomar apenas o grupo dos ocupados por conta própria, porque é nesta categoria que o IBGE (PNAD) classifica as famílias que operam em regime de trabalho autônomo. Os agricultores

familiares trabalham sob o regime de economia familiar e constituem unidades formadas por grupos domésticos ligados por laços de sangue e parentesco que são



proprietários dos meios de produção e se apropriam coletivamente dos resultados do trabalho.

É bem verdade que, pela classificação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), poderiam ser incluídos como agricultores familiares as unidades que contratam até dois empregados permanentes. Desta forma, o trabalho por conta própria, identificado com a agricultura familiar, ainda é responsável por parcela significativa do emprego no meio rural.

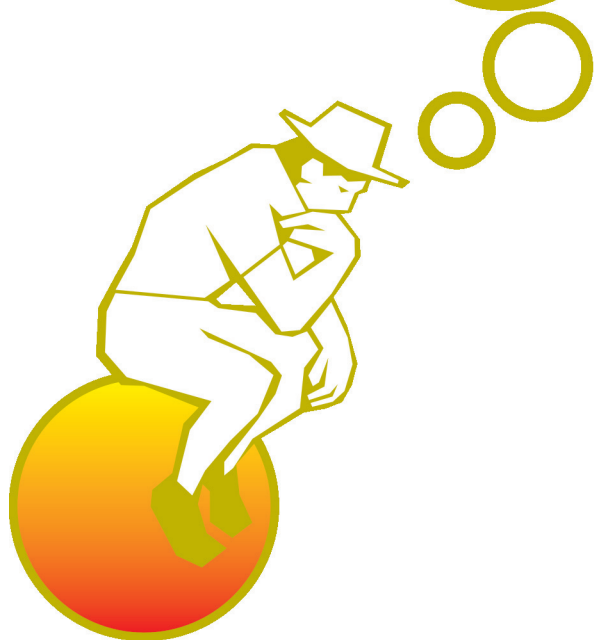
A agricultura familiar desempenhou de fato papel decisivo para a formação econômica do País, mas não teve o apoio do Estado ao longo de séculos de nossa história. Ao contrário, foi sempre desconsiderada pela opção por um modelo agrário baseado na grande propriedade territorial produtora de gêneros para exportação, que seguia o costume colonialista de consumir os recursos naturais e humanos da nação para enriquecer a elite detentora do poder político. Em raros momentos, somente quando da ocorrência de crises agudas causadas por falta de alimentos, o poder público dava alguma atenção à agricultura familiar.

Historicamente o modelo agrário implantado no Brasil decorre de duas orientações centrais de política fundiária: por um lado a concessão pública de imensas extensões de terras aos protegidos do Estado e, por outro, a criação de inúmeras dificuldades para o reconhecimento legal das áreas ocupadas por trabalhadores rurais. Como resultado, condena a grande maioria da população rural a uma sobrevivência precária, em meio à pobreza ocasionada por uma forte exclusão social.



Pare e pense...

- Que outras ações a agricultura familiar desenvolve no seu território?
- Faça um mapeamento de projetos de assentamentos na sua região e analise que ações agroecológicas estão desenvolvendo.
- Trace um perfil da política ambiental desenvolvida no seu território.
- Discuta com o grupo sobre a organização dos trabalhos(as) rurais no seu território.



4

PROJETO ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO





O processo de modernização da agricultura brasileira – conservador, parcial, excludente e ecologicamente insustentável – acelerou a exclusão social e a degradação ambiental no campo brasileiro, incrementando a luta por reivindicações históricas do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que surgem para superar os prejuízos sociais e políticos causados pelo modelo agrário e agrícola imposto ao País. Este processo de desenvolvimento e as recentes transformações no meio rural, mantendo o seu caráter concentrador de terra e renda, criam demandas e exigem respostas cada vez mais complexas por parte do movimento sindical.

Atualmente há uma disputa de projetos de desenvolvimento para o campo. De um lado projetos que têm como base o agronegócio e do outro, projetos que têm como base propostas alternativas.

Neste contexto – da segunda opção – surgem novos sujeitos de base que se organizam dentro da estrutura e organização sindical, para construir um Projeto Alternativo de Desenvolvimento, que oriente a ação sindical e a superação dos problemas oriundos dos modelos de desenvolvimento excludentes, impostos para o campo brasileiro. No entanto, para que estes sujeitos se tornem

Do total de 5.507 municípios brasileiros existentes até o ano 2000, mais de 4.485 municípios fazem parte do Brasil Rural, pois têm menos de 50 mil habitantes e cerca de 80 habitantes por Km².



Em 1995, com a realização do 6º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, deu-se início ao debate sobre o PADRS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. Com a realização do 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, realizado em 1998, os pontos centrais do PADRS foram aprovados.



protagonistas desta nova proposta, é preciso definir políticas de fortalecimento das entidades sindicais e compreender as diversas dinâmicas de desenvolvimento rural.

O Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS – foi concebido como estratégia de enfrentamento ao projeto neoliberal e de superação do modelo agrário e agrícola vigente no País, pautados no latifúndio e no agronegócio. As bases essenciais de sua construção estão centradas na realização de uma ampla e massiva reforma agrária e a ampliação, valorização e fortalecimento da Agricultura Familiar, considerando os assalariados e assalariadas rurais, proletariados agrícolas como protagonistas deste projeto de desenvolvimento, principalmente nas áreas de maior resistência da agricultura patronal.

4.1 CONCEPÇÃO E PRÁTICA DO PADRSS: A RELAÇÃO COM AS NOVAS TENDÊNCIAS SOBRE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE



O ponto de partida para a elaboração e implantação do PADRSS foi, sem dúvida, uma concepção de desenvolvimento diferente da que foi imposta ao campo. Até recentemente havia uma identificação entre desenvolvimento e crescimento econômico. Isto permitia que o desenvolvimento dos países fosse medido apenas pelos níveis da renda per capita. Esta identificação, porém, tem sido amplamente contestada, especialmente porque o crescimento e a desigualdade social têm andado lado a lado. Análises que levam em conta apenas a renda per capita mascaram o grau de concentração da riqueza numa sociedade.

O projeto de desenvolvimento do MSTTR pressupõe um campo decente com gente feliz. Este pressuposto define o desenvolvimento que queremos ao reconhecer na gente do campo sujeitos políticos que mobilizam, articulam e dinamizam a ação sindical para transformar as relações sociais e construir condições dignas de vida. O campo, dessa perspectiva, é um espaço complexo, de conflitos e contradições, configurado pela diversidade social, econômica, política e cultural e por relações de poder presentes na família, na comunidade, no território e nas organizações.

A concepção de desenvolvimento do MSTTR supera a visão do campo referenciada no padrão agropecuário e no modelo de desenvolvimento focado exclusivamente no tamanho do estabelecimento, na produtividade e no mercado. Com isso, o campo deixa de ser identificado unicamente pelas atividades agropecuárias, mas em sua pluriatividade, que abrange um conjunto diverso de atividades e relações de



trabalho e, portanto, de sujeitos políticos que concorrem efetivamente para a vida no campo e na cidade. São eles homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras rurais, agricultores e agricultoras familiares, assalariados e assalariadas rurais, assentados e assentadas, acampados e acampados da reforma agrária, sem terra, ribeirinhos e extrativistas, do campo e da floresta. Ao incluir outros temas como questão ambiental e desenvolvimento sustentável, os mercados de trabalho, a dinâmica ocupacional da população e da consagração da pluriatividade como uma estratégia de geração de renda (SCHNEIDER et al., 2006, 2003). Esse fenômeno já é uma realidade entre os farmers agricultores norte-americanos, onde a renda já é não tão dependente da venda dos produtos agrícolas (VEIGA, 2002).

Esta proposta incorpora e se articula com o pensamento de diversos setores da sociedade nacional e internacional, que utiliza a noção de desenvolvimento sustentável como portadora de um novo projeto de sociedade, capaz de garantir, no presente e no futuro, a sobrevivência dos grupos sociais e preservação da natureza.

O desenvolvimento que o proposto pelo PADRSS deve incluir crescimento econômico, justiça, participação social e preservação ambiental. Este desenvolvimento privilegia o ser humano na sua integralidade, possibilitando a construção da cidadania. Neste caso, as questões econômicas estão articuladas com as questões sociais, culturais, políticas, ambientais e às relações sociais de gênero e raça.



A proposição do PADRSS rompe definitivamente com o preconceito antirrural incorporado na cultura brasileira e expresso por meio da representação do campo como lugar do passado e do atraso. Além disso, a quebra de algumas representações construídas pela mídia e reforçadas pelo senso comum de um campo como espaço de guerra por conta dos conflitos agrários, ou ultramoderno projetado pelo agronegócio.

Ao contrário, para o PADRSS o meio rural é concebido como um espaço político, social, econômico, produtivo, ambiental e cultural, que têm sujeitos organizados e dinâmicas de desenvolvimento potencializadoras da sustentabilidade. Neste sentido, o PADRSS se apresenta, além de processo, como uma estratégia permanente de produção e reprodução de qualidade de vida para o conjunto das trabalhadoras e trabalhadores rurais, contribuindo para a melhoria de vida das populações rurais e urbanas.

O PADRSS tem como pilares a reforma agrária com democratização do acesso à terra e a ampliação e o fortalecimento da agricultura familiar. Esta, para além do tamanho da propriedade e da produtividade, se caracteriza por relações e modos de produzir, para os quais concorrem todos os membros da família. No lugar de um representante único, geralmente identificado como “chefe de



família” a abordagem da agricultura familiar revela a diversidade de integrantes em uma dinâmica relacional de contradições e conflitos. Integram essa dinâmica mulheres e homens em diferentes fases da vida (adultos, jovens, crianças e pessoas da terceira idade).

Essa estratégia implica orientar as ações e organização do movimento sindical pela participação política e a gestão democrática na comunidade, município, território ou região, transformando os excluídos e marginalizados em cidadãos e cidadãs; nunca perdendo de vista a articulação entre o local, regional, territorial com o global, e o rural com o urbano, na perspectiva de uma sociedade justa, democrática, igualitária e solidária.

Não se alcança tal desenvolvimento ou “esta vida melhor” com programas de combate à pobreza. Os problemas do campo são de ordem econômica, de acesso aos mercados e de políticas voltadas para o desenvolvimento das suas populações. Programas de “assistência social” são incapazes de gerar renda, aumentar a auto-estima das populações rurais e, portanto, gerar desenvolvimento. Por isso é fundamental criar políticas e programas voltados para a distribuição de renda.

Neste caso, a territorialidade é uma estratégia já adotada pelo MSTTR em diversas ações. No entanto, é preciso intensificar a participação efetiva do MSTTR nos processos políticos e eleitorais e nos espaços de concepção e gestão de políticas públicas, em todos os níveis, para reverter o processo neoliberal e fazer com que as políticas públicas necessárias à implementação do PADRSS sejam viabilizadas. Isto porque a concepção e prática

de desenvolvimento rural estão em disputa entre diversos setores sociais e governamentais.

É fundamental, também, que o MSTTR estabeleça um diálogo amplo e permanente com a sociedade, em torno da concepção de espaço rural e do desenvolvimento sustentável, que é proposto pelo movimento. Este diálogo deve orientar a construção de relações sociais que, na prática, incorporem a solidariedade e a cooperação mútua entre os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, em contraposição ao individualismo, que é a marca central do neoliberalismo.

Neste sentido, o principal instrumento político para a ruptura com o atual modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de terra e renda e reprodutor do poder oligárquico é a reforma agrária. Ela é um instrumento essencial para promover o desenvolvimento democrático da agricultura e o resgate da cidadania para milhões de trabalhadores e trabalhadoras que, expulsos da terra, se viram excluídos do processo produtivo. É preciso uma política séria de Reforma Agrária que possibilite oferecer a 4,8 milhões de famílias sem terra a oportunidade de ingressar no regime de agricultura familiar.



4.2 A política transversal de gênero, geração, raça e etnia no PADRSS

Pensar um projeto de desenvolvimento alternativo e sustentável requer repensar as relações sociais constituídas e as suas estruturas organizativas. Essa abordagem implica reconhecer contradições e desigualdades combinadas com aquelas próprias das relações de classe. Dizem respeito às relações de gênero, geração, raça e etnia, que articuladas compõem um quadro marcado por relações de poder que precisam ser superadas para a construção do desenvolvimento sustentável e solidário. Neste aspecto, o MSTTR dialoga constantemente com todos os sujeitos políticos que compõem a categoria trabalhadora rural, garantindo a sua participação, reconhecendo as suas diferenças e especificidades e incorporando as suas respectivas demandas, especialmente os mais excluídos e discriminados como mulheres, jovens, 3ª idade e idosos.

Gênero no PADRSS é um conceito em construção, que articula a dimensão de classe, geração, raça e etnia, e serve para entender as relações de poder e de hierarquia estabelecidas entre mulheres e homens na família, na comunidade, no local de trabalho, no sindicato e na sociedade em geral.

Por força do padrão patriarcal, que estrutura a sociedade, e se impõe em todas as esferas da vida social, a unidade familiar de produção tem colocado na invisibilidade o trabalho da mulher. As relações no seio da unidade familiar de produção, dessa forma, se apresentam numa escala hierárquica marcada pela divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres ocupam lugar de subordinação.

A abordagem de gênero no PADRSS tem possibilitado a compreensão da lógica que caracteriza as relações na unidade familiar de produção, baseada na oposição entre masculino e feminino, atribuindo-lhes valores desiguais, que também se faz presente nas instituições. Esses valores desiguais são considerados naturais, e não como produtos da cultura, e se expressam em dualidades como trabalho produtivo x reprodutivo, produção x consumo, público x privado.

Assim, o trabalho produtivo atribuído ao homem tem sido valorizado em detrimento do trabalho reprodutivo que é realizado na esfera privada ou doméstica. As tarefas reprodutivas, assumidas predominantemente pelas mulheres na esfera doméstica, na verdade, sustentam a agricultura familiar, pois garantem a reprodução da força de trabalho dos seus membros, como também todos os cuidados essenciais à vida.

Quando abordamos a agricultura familiar, buscamos superar essas dualidades e valorizar o trabalho doméstico e de cuidados, como também reconhecer a atuação





produtiva das mulheres em toda a sua pluralidade, que compõe com o trabalho doméstico a dupla jornada.

Esse quadro de desvalorização das mulheres se reproduz nas diferentes relações de trabalho, como nos contratos de parceria, geralmente realizado com o homem, sem considerar o trabalho das mulheres e demais membros da família; nas diversas formas de trabalho assalariado, nas quais as mulheres são consideradas menos produtivas e recebem menores salários para o mesmo tipo de trabalho realizado pelos homens, além de não terem os direitos sociais e normas de proteção para si e seus filhos devidamente cumpridos.

Geração

É um conceito que explicita o papel social que cada pessoa cumpre nas diferentes fases da vida: infância, adolescência, juventude, adulto, terceira idade e idosos. Estes papéis se alteram de acordo com a época e história de cada sociedade.

Com essa compreensão, proporcionada pela abordagem de gênero, as mulheres trabalhadoras rurais têm ampliado e fortalecido sua organização para construir o PADRSS, o que implica a reconfiguração das relações entre homens e mulheres e no combate a todas as formas de discriminação e desigualdades. O alvo da sua luta pelo rompimento dos

fatores de discriminação e subordinação não é o homem, mas as relações que se estabelecem a partir do que se convencionou ser próprio do feminino e próprio do masculino. Esse enfoque assumido pelo MSTTR, no seu conjunto, associa gênero à classe social e reconhece outras formas de discriminação e desigualdade a elas articuladas como as de geração, raça e etnia.

Da mesma forma, é fundamental o reconhecimento dos jovens e idosos(as) como atores e atrizes sociais e produtivos. Apesar da importância das lutas econômicas, é preciso combater todas as raízes da exclusão social para que possamos, de fato, avançar na construção de uma nova sociedade. Para tanto, torna-se necessário criar políticas específicas especialmente para os jovens no meio rural (oportunidades de emprego, lazer, formação, educação com currículo adequado à realidade rural) e garantir

espaços de participação, promovendo assim a construção das bases culturais de um novo tipo de desenvolvimento.

Alguns avanços já podem ser percebidos no interior da organização do MSTTR como a aprovação da cota de mulheres, participação crescente de mulheres e jovens nos cargos de direção do MSTTR; a criação das comissões de jovens e pessoas da 3ª idade e a incorporação do enfoque de igualdade de gênero, articulado com a dimensão de classe, geração, raça e etnia, as políticas e ações do MSTTR voltadas para o desenvolvimento da pessoa na sua integralidade. Porém, alguns desafios permanecem exigindo um maior esforço de superação: a construção de novas práticas sindicais; enfoque de gênero de forma transversal; todas as políticas e ações do MSTTR.

Outro grande desafio tem sido o enfoque geracional no sentido de valorizar e possibilitar aos jovens e às pessoas da 3ª idade e idosos uma inserção social com dignidade e respeito. Para o MSTTR, jovem rural são mulheres e homens que vivem e trabalham no meio rural e se encontram na idade de 16 a 32 anos. Ser jovem é uma condição relativa e transitória, pois logo entrarão nas outras fases da vida. Entretanto, é na fase da juventude que as pessoas vão afirmando suas identidades sociais e profissionais, e definindo sua formação física, intelectual, psicológica e emocional.

Neste sentido, ressaltam-se que os critérios de faixa etária (18 a 24 anos), estabelecidos pelos gestores públicos e instituições multilaterais e bilaterais, não dialogam com a realidade da juventude rural. A construção de políticas voltadas para atender os anseios da juventude é um investimento que o MSTTR faz para os(as) jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais no sentido de que as questões da juventude devem perpassar todas as políticas e ações sindicais. A 3ª idade é uma forma de valorizar os conhecimentos e saberes de mulheres e homens que estão acima dos 50 anos de idade, que vivem e trabalham no

O foco central da política MSTTR é elevar a auto-estima da juventude, incentivar e fortalecer a sua organização e formação política, apresentar propostas de políticas sindicais e políticas públicas que promovam e efetivem a inserção social da juventude no meio rural em nível nacional reafirmando a consciência de classe e o fortalecimento do trabalho coletivo e solidário.



Etnia é uma categoria de análise que serve para entender a identidade de um povo. Cada povo tem seu território, costumes, hábitos, tradições e formas próprias de organização social, política, econômica, bem como de convivência com o meio ambiente.

Raça é uma categoria que serve para definir a identidade racial de uma pessoa ou grupos sociais. Esta categoria considera as características físicas de um determinado grupo de pessoas que são transmitidas de geração em geração, bem como sua origem e história de vida. Estas pessoas incorporam e difundem expressões culturais específicas como a religião, língua, danças, arte, literatura, etc.



meio rural. É também uma forma de reconhecer a contribuição dessas pessoas na construção do Movimento Sindical, na vida familiar, na vida comunitária e na sociedade em geral.

A situação da juventude do campo brasileiro é agravada pelos processos de sucessão rural. Estes revelam complexidade, pois articulados a diversos fatores se constituem em séria ameaça à agricultura familiar. A insuficiência de terras para acolher os membros das famílias e as novas famílias que se formam, assim como o processo crescente de reconcentração das terras, aliados ao padrão patriarcal e às desigualdades de gênero, tornam a sucessão na agricultura familiar um grande desafio para a implementação do PADRSS.

Além da questão sucessória, as jovens e os jovens do campo vivem um contexto adverso caracterizado pela falta de oportunidades de trabalho remunerado e de educação de qualidade, somados às diversas dificuldades enfrentadas na vida rural. Resulta dessa situação o alto índice de evasão da juventude para as áreas urbanas, onde buscam novas oportunidades de desenvolvimento profissional. Isso não significa uma opção preferencial pela vida na cidade, mas o resultado de contingências impostas pela realidade. Muitos jovens passam a viver e trabalhar na cidade, mas comprometidos com a sustentação da família.

Nesse sentido, as questões da juventude requerem tratamento específico. Prova disso é o recente debate das “Políticas Públicas de Juventude” que resultaram no Pronaf Jovem, Crédito Fundiário “Nossa primeira terra”, Consórcio Social da Juventude e outros. No contexto de atuação organizada da juventude rural, destacam-se a criação e o desempenho das coordenações das comissões de Jovens do MSTTR no âmbito nacional, estadual e municipal, a definição da faixa etária de 16 a 32 anos e a cota de, no mínimo, 20% de jovens nas instâncias do movimento sindical e a realização dos festivais da juventude.

Em se tratando das políticas nacionais, destaca-se a atuação organizada dos jovens e das jovens junto à Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude.

Homens e mulheres da 3ª idade sofrem discriminações diferenciadas e não têm o devido reconhecimento a sua participação na unidade familiar de produção. As mulheres têm dificuldades para comprovar sua atividade produtiva para obterem a aposentadoria. Mas homens e mulheres da 3ª idade contribuem efetivamente para a sustentação da agricultura familiar com os recursos da aposentadoria, que também comprovadamente dinamizam a economia dos municípios. A atuação do MSTTR junto a esse segmento representa o devido reconhecimento à sua importância social, econômica, cultural e política.



A agenda política do MSTTR é reveladora das múltiplas trajetórias que mulheres e homens, jovens e pessoas da 3ª idade têm construído principalmente no processo de implementação do PADRSS. As lutas pelo direito a se associar ao sindicato, pelo reconhecimento como trabalhadoras rurais, pela aposentadoria e salário maternidade, pela documentação civil e trabalhista, pelo acesso à terra, por educação e saúde, transformaram a agenda e o perfil do sindicalismo rural brasileiro.

Além dos aspectos já mencionados, há também a transversalidade das questões da raça e etnia como desafios para os Movimentos Sociais e Sindicais. Além disso, a pessoa é portadora de diferentes identidades sociais. Além de serem trabalhadoras e trabalhadores rurais, em diferentes fases da vida, portadores de uma identidade masculina ou feminina, são portadores também de uma identidade racial e étnica.

As abordagens transversais de gênero, geração, raça e etnia podem explicar alguns fenômenos sociais que vêm ocorrendo no meio rural, como a feminização da pobreza, a masculinização do campo, o envelhecimento das pessoas com diminuição das taxas de natalidade (nascimentos) e a tendência de saída da juventude em busca de outras oportunidades de vida e de futuro. Têm contribuído também para quebrar a indiferença frente às discriminações e preconceitos de raça e etnia.

Vale ressaltar que essas desigualdades estão fundamentadas em relações assimétricas de Poder, fortalecidas por aspectos culturais, estruturais e institucionais, tendo por base o modelo de família patriarcal, a divisão sexual do trabalho, o modelo de produção e de distribuição dos bens e serviços produzidos. Uma ideologia patriarcal sustentada pela ideia do homem representante da família em todos os assuntos externos; o administrador da propriedade familiar; o homem socialmente reconhecido como agricultor e a mulher como doméstica ou “ajudante”.

Estas formas de relação criam uma visão discriminatória e revelam uma profunda desigualdade entre mulheres



e homens, uma vez que não valoriza as atividades agrícolas e não agrícolas como trabalho, muito menos, atribuem um valor econômico ao trabalho doméstico, com prejuízo, inclusive, para o acesso aos benefícios da Previdência Social

Ainda que sejam inúmeros os desafios para se alcançar o desenvolvimento rural sustentável e solidário e um campo decente com gente feliz, é preciso reconhecer e registrar os avanços que os diversos sujeitos políticos têm promovido com sua ação organizada no MSTTR. A destacada capacidade de intervir para mudar, seja no interior do movimento sindical, seja para fora, na interlocução com o executivo e legislativo, no âmbito das políticas públicas, dos espaços de controle social e nos espaços de exercício político pode ser contabilizada como uma grande conquista e como perspectiva de mudanças efetivas na realidade do campo brasileiro.

4.3 REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



O PADRSS se contrapõe aos padrões dos sucessivos modelos de desenvolvimento rural implantados no Brasil com o enfoque econômico-financeiro que se sobrepõe à dimensão social, política, cultura e ambiental das populações. Ao contrário dessa lógica, o modelo proposto pelo PADRSS está centrado na construção de um desenvolvimento rural sustentável, no qual o elemento fundamental é a realização de uma ampla e massiva reforma agrária, não apenas como mecanismo distributivo de terras, mas como medida eficaz para promover a ampliação, valorização e o fortalecimento da agricultura familiar. Neste aspecto, a agricultura familiar é uma condição estratégica para assegurar a sustentabilidade deste modelo de desenvolvimento rural. Ela fomenta a inclusão social, produtiva e política das populações locais.

A agricultura familiar incorpora um valor social, econômico, cultural e ambiental, que garante a segurança alimentar das famílias,

A agricultura familiar responde por 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária, ocupa 77% da mão de obra no campo e é responsável por 51% da produção de alimentos que chegam à mesa da população brasileira. Apesar de seu bom desempenho, a agricultura familiar ocupa apenas 21% das terras agricultáveis e tem acesso a menos de 25,3% do volume de crédito que o governo federal disponibiliza para a agricultura brasileira.

A expansão da agricultura familiar depende de uma política agrária abrangente, que permita o acesso à terra a todos os trabalhadores e trabalhadoras, sem terra ou com terra insuficiente para assegurar o seu desenvolvimento, sob o prisma da equidade, sustentabilidade e competitividade. Esta política de redistribuição é ainda mais necessária nas regiões com maior concentração fundiária.



abastece o mercado interno, tem viabilidade econômica e pode ser competitiva, ampliando as oportunidades de geração de renda e de ocupações produtivas, Além de se associar à produção agroecológica e a convivência equilibrada com o meio ambiente. Existe uma disputa política e ideológica entre diversos setores da sociedade e setores governamentais, sobre que modelo de desenvolvimento rural deve ser implementado no Brasil.

A concepção de desenvolvimento rural defendida pelo MSTTR se contrapõe ao modelo que o setor ruralista defende, apoiados na grande mídia e alguns intelectuais e economistas que apresentam o agronegócio como a proposta de desenvolvimento redentor para o campo e para o Brasil. Ao considerar as relações sociais e trabalhistas, pode se constatar que muitas vezes o setor patronal da agricultura continua impondo aos trabalhadores e trabalhadoras rurais práticas do período colonial. Além da exploração no trabalho, mantendo inclusive mão de obra escrava, praticam todo tipo de repressão e violência contra as pessoas que lutam pela democratização da terra. Há um processo acentuado de expulsão de inúmeras famílias de pequenos posseiros, inclusive populações tradicionais e povos indígenas que estão tendo suas terras tomadas para ampliar as grandes fazendas.

A opção pela agricultura familiar justifica-se por sua capacidade de geração de emprego (da família e de outros) e renda a baixo custo de investimento. A sua capacidade de retenção da população fora dos grandes centros urbanos é fator fundamental na construção de alternativas de desenvolvimento. Sua capacidade de produzir alimentos a menor custo e, potencialmente, com menores danos ambientais, impulsiona o crescimento de todo o entorno socioeconômico local.

É relevante considerar, também, que este processo de expansão pelo agronegócio faz reduzir a capacidade de se encontrar terras passíveis de desapropriação, já que a interpretação da legislação agrária é bastante restritiva na constatação do cumprimento da função social das propriedades. Isto faz estabelecer uma aliança estratégica entre o latifúndio e o agronegócio.



4.4 O PAPEL DA REFORMA AGRÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A reforma agrária rural evoluiu no desenvolvimento e passou a ser vista como estratégica para a ampliação e o fortalecimento da Agricultura Familiar. Apesar da série de entraves e limitações impostas, os Projetos de Assentamentos vêm se constituindo em espaços importantes de ampliação e fortalecimento da agricultura familiar. Estes projetos, além de possibilitar o acesso à terra e ao crédito, para uma população



historicamente excluída, vem atuando como fator gerador de postos de trabalho em atividades agrícolas e não agrícolas e, com isto, dinamizado o comércio local com a diversificação e o rebaixamento dos preços de produtos alimentícios.

O PNRA propôs que as ações de reforma agrária sejam realizadas para além do acesso à terra. A implantação, recuperação e qualificação dos assentamentos devem se orientar por planejamento e integração das ações, de modo a promover a viabilidade econômica, a segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental, o acesso a direitos, a promoção da igualdade e o desenvolvimento territorial sustentável, adequando modelos de reforma agrária às realidades e demandas específicas de cada região.

O debate sobre sustentabilidade, além de refletir sobre o uso racional e adequado dos recursos naturais, deverá incorporar as discussões quanto à necessidade de se promover a democratização da terra e da água e a distribuição das riquezas, entre as nações e internamente em cada país.

A sustentabilidade não pode estar associada ao mero crescimento econômico, baseado na exploração dos recursos naturais como se estes fossem infinitos, como a que vem sendo implementada pelos grandes projetos agropecuários, hidrelétricos, madeireiros, dentre outros.

O grande desafio para a agricultura familiar é o de se afirmar enquanto a alternativa viável para a construção do desenvolvimento rural sustentável. Para tanto, a agricultura familiar deverá orientar, cada vez mais, suas formas produtivas e organizativas de modo a incorporar valores ambientais.

O cuidado com os mananciais, a recomposição de matas ciliares, investimento em políticas de saneamento, dentre outras, são medidas essenciais e urgentes. Da mesma forma, é preciso que o MSTTR aprofunde o debate (que vem sendo feito por vários setores da sociedade), quanto à proposta de construir uma legislação ampla sobre os valores da água e sua dimensão como um direito humano. Esta é uma luta que será tão árdua quanto à luta pela reforma agrária, já que contraria interesses políticos e econômicos poderosos. Mas é fundamental que a água não seja compreendida apenas como um recurso dotado de valor econômico, que pode ser explorado como qualquer outra mercadoria.

A agroecologia é uma estratégia a ser adotada pela agricultura familiar, porque este padrão produtivo, além de significar rentabilidade, incorpora valores essenciais da sustentabilidade.

Já não basta somente a denúncia e a contestação. A luta contra o neoliberalismo não possui contornos tão nítidos como outrora. É preciso mais que simples reivindicações pontuais. É preciso uma articulação maior com os setores urbanos para a construção de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável para o país em que o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável se insira.



Para se alcançar as condições para implementação do PADRS, as ações do MSTTR não podem se dar isoladamente, nem apenas na defesa dos interesses de seus representados, mas deverão propor ações concretas para o conjunto dos movimentos sociais frente à atual realidade econômica e social dos municípios. Portanto, ele deverá buscar o desenvolvimento com maior eficiência, estabelecendo parcerias com outras entidades para realizar trabalhos de unidade integrada. Entre elas podemos citar: secretarias municipais de agricultura, órgãos de pesquisa e assistência técnica e extensão rural, escolas públicas e privadas, universidades, igrejas, cooperativas, associações comunitárias e imprensa. Portanto, caberá aos STRs articular o processo de discussão nos municípios, envolvendo outros setores da sociedade, sensibilizando e estimulando tal processo.

Ações para a construção de alternativas de desenvolvimento

- Elaboração dos projetos de desenvolvimento locais por meio da participação popular como forma de assegurar continuidade das ações, independentemente de quem esteja no governo;
- Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento como instrumentos importantes de participação social, garantindo legitimidade política;
- Participação efetiva no processo de planejamento e orçamento municipal, direcionando a sua aplicação a serviço do desenvolvimento sustentável: seja por Planos Plurianuais, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual ou por meio dos orçamentos participativos, já adotados em muitos municípios;
- Parcerias com outras entidades para realizar trabalhos de unidade integrada;
- Experiências práticas de sustentabilidade que propiciem maior visibilidade do potencial da agricultura familiar e sua valorização institucional;
- Programa massivo de formação de quadros e uma estratégia eficaz e eficiente de comunicação;
- Formação profissional como elemento estratégico que ajude os trabalhadores e trabalhadoras rurais a desenvolverem as habilidades e competências necessárias para a implementação da política de desenvolvimento;
- Formas alternativas de incremento as capacidades produtivas e de gestão do conjunto da produção e comercialização buscando a retomada da auto-estima da população e comércio solidário.



Para discutir:

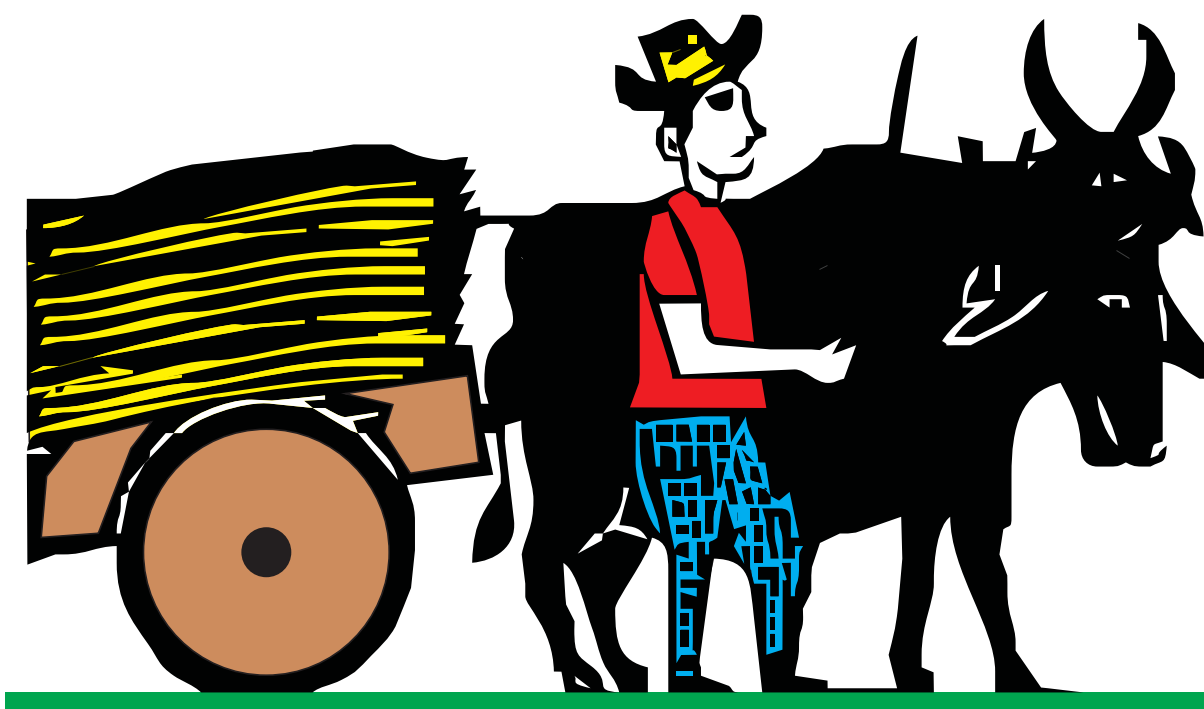
- Identifique os pontos fortes e os pontos fracos para implementação do PADRSS no seu território.
- Faça um levantamento na sua base sobre quem está na cadeia de comando e de decisão e estabeleça uma relação com as questões de raça, etnia e geração.
- Que políticas de reforma agrária tem sido efetivamente desenvolvidas no seu território? O que deve ser melhorado?



5

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NOS ESTADOS: LIMITES E DESAFIOS PARA AÇÃO SINDICAL





Nos últimos anos o Estado brasileiro tem incrementado ações visando estruturar políticas públicas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar. O primeiro aspecto é a inclusão na agenda do governo federal, a discussão da agricultura familiar e da reforma agrária como seguimentos específicos e essenciais para o desenvolvimento rural brasileiro. Graças à pressão dos movimentos sociais organizados, a partir de proposição da Contag, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) saiu de R\$ 200 milhões em 1995 para R\$ 12 bilhões em 2007. Hoje são quase dois milhões de contratos pelo Pronaf.

A inexistência de classificação do produtor como agricultor ou agricultora familiar – até então existia apenas a definição do que é pequena propriedade rural – gerava uma lacuna conceitual para a aplicação de políticas públicas fundamentais, como a da Previdência Social. No entanto, isso só não é suficiente. As políticas públicas tradicionais de apoio à agricultura familiar (crédito, seguro e garantia de preços) não surtirão os efeitos desejados no aumento da renda do setor se não forem adotados modelos técnicos de produção viáveis, que insiram o agricultor em cadeias produtivas coletivamente que ofereçam à sociedade os produtos rurais de que necessita, em quantidades e qualidades adequadas. É preciso também que o agricultor familiar faça a sua parte, predispondo-se a capacitar-se e a organizar-se cooperativamente para superar os desafios produtivos comuns, maximizando recursos e diminuindo custos. Inclusive deve se preparar melhor para utilizar adequadamente os programas públicos de apoio produtivo colocados à sua disposição. Antes de buscar o financiamento, deve-se ter segurança de que pode conseguir uma boa produção.



O Brasil é hoje o único país em que bancos comerciais pertencentes ao Estado fazem empréstimos a agricultores vivendo próximo à linha de pobreza, não apenas com base em recursos do Tesouro e apoiados em importantes subsídios, mas com garantias que isentam as organizações financeiras de qualquer risco. O Brasil é o único caso em que, além de se apoiar em fundos públicos e em recursos do Tesouro, os empréstimos são concedidos com base na garantia de que o Estado cobrirá os prejuízos decorrentes de seu eventual não pagamento. O resultado é que pela primeira vez em sua história, a partir do ano 2000, populações rurais desprovidas de patrimônio e garantias bancárias, nas localidades mais pobres do país, tiveram, de forma massificada, acesso ao crédito. Dos 4,2 milhões de agricultores familiares brasileiros, cerca de dois milhões recebem financiamentos bancários, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf. Destes, quase metade se inclui entre os segmentos mais pobres do setor. São, muitas vezes, beneficiários do Bolsa Família e seus créditos chegam a R\$ 1,5 mil a cada dois anos.



As políticas para a agricultura familiar e a reforma agrária, como assistência técnica, a pesquisa agropecuária e processos para agregação de valor ainda estão distantes de atender às necessidades do setor. Como também as políticas de seguro rural e de comercialização diferenciadas para a agricultura familiar, além de demorar a sua execução. Associado a isso, durante muito tempo o crédito rural apresentou-se com um grau elevado de risco de endividamento para os produtores familiares. Somente nos últimos quatro anos se deu atenção para o assunto.

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS		
Modalidade	Executor	Forma de acesso do agricultor familiar
Compra direta da agricultura familiar	Conab	Individual Cooperativa Associação Grupo informal
Formação de estoque pela agricultura familiar	Conab	Cooperativa e associação
Compra para doação simultânea	Conab, Estados e Município	Individual Cooperativa Associação Grupo informal
Incentivo à produção e consumo de leite	Estados da Região Nordeste e Minas Gerais	Individual Cooperativa Associação Grupo informal



O Programa de Aquisição de Alimentos é um exemplo. Seu objetivo consiste em garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Constitui-se num instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008.

Pode-se considerar que o Brasil já possui uma verdadeira política de desenvolvimento da agricultura familiar, como prevê a Lei da Agricultura Familiar, aprovada pelo Congresso Nacional (Lei nº 11.326/07/2006), a qual passa a reconhecer a agricultura familiar como uma categoria produtiva e se encerram as dúvidas sobre a sua conceitualização legal.

Agricultura familiar

É uma forma de produção em que predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado.

Pela nova lei, são agricultores/agricultoras familiares aqueles cuja propriedade rural tem até quatro módulos fiscais (medida de área que varia conforme o município); utilizam predominantemente mão de obra da própria família, inclusive para dirigir o empreendimento; e possuem renda familiar originada basicamente nas atividades do próprio estabelecimento. Estão incluídos, além de produtores rurais, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores artesanais que atuam em pequena escala.

Além disso, garante a participação de agricultores e agriculturas familiares na formulação e implementação das políticas, como também, as relações organizacionais e de trabalho nesse segmento se fortalecem com a aplicação de diversas políticas fundamentais para os agricultores familiares, como a da Previdência Social e os órgãos governamentais poderão adotar esse conceito para aplicar outras medidas em benefício ao segmento, além do Pronaf.

Usar sempre o dinheiro do crédito na produção. Procurar diminuir os custos. Escolher o tipo de crédito certo. Ter muita atenção com o seguro agrícola, para não perder o seu benefício por descuido com as regras operacionais. Planejar a venda da produção antes mesmo de pegar o crédito. Agir associativamente na busca do crédito, do seguro, da assistência técnica e da garantia de preços e de comercialização.



Programas Federais para a Agricultura Familiar

Nome do Programa

O que faz

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

Compra até R\$3.500 por assentado em cada ano.

AGF – Aquisição do Governo Federal/Agricultura Familiar

Pode comprar a produção toda, mas por um preço um pouco menor que o PAA.

PGPAF-Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar

Dá desconto no pagamento do crédito de custeio do Pronaf se o preço do produto estiver abaixo do preço de garantia do Governo.

O seguro agrícola é um instrumento-chave da política agrícola, indispensável à modernização tecnológica da agricultura e a efetiva incorporação das atividades rurais no mercado de capitais.

Foi criado especialmente para o agricultor que possui financiamento com o Banco do Brasil e deseja ver sua lavoura protegida, do plantio até a colheita. Oferece indenização dos prejuízos causados à lavoura decorrentes de diversos fenômenos da natureza.

Seguro safra tem como objetivo oferecer uma renda mínima aos agricultores de base familiar, que venham a ter prejuízos de 50 por cento ou mais de suas lavouras prejudicadas pela estiagem (arroz, feijão, milho, mandioca e algodão)

Garantir uma renda mínima aos agricultores de base familiar, que tenham sido vítimas da estiagem e que tenham perdido 50% ou mais de suas lavouras de milho, feijão, arroz, algodão e mandioca.



Em suma, para fortalecer de fato a produção e a renda da agricultura familiar, é necessário articular todas estas dimensões: políticas agrícolas completas e adequadas, sistemas de produção de agricultura familiares tecnologicamente viáveis e desenvolvimento humano, com melhoria da educação, da capacitação técnica-produtiva e gerencial e da cooperação no seio da agricultura familiar.



5.1 AVANÇAR COM AS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA E DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Historicamente o agricultor familiar foi tratado como um produtor rural de menor valor, voltado para pequenas roças de subsistência e sem importância para o desenvolvimento nacional. Ao longo do tempo atribuiu-se à grande propriedade rural a promoção da modernidade e do crescimento econômico no campo. Na verdade, a agricultura familiar sempre teve papel importante na história econômica do Brasil. Desde o período da Colonização contribuiu decisivamente para fornecer os alimentos e outros meios básicos necessários à manutenção da população. Utilizando terras próximas às áreas com monocultura de exportação, produzia para o abastecimento da própria família do agricultor, dos senhores das terras e dos escravos que serviam de mão de obra para a produção nas grandes plantações, principalmente a cana-de-açúcar, antecessora remota do chamado “agronegócio”.

Outra parte dos trabalhadores rurais, que não podiam sobreviver na periferia das grandes plantações, embrenhou-se pelo sertão do País e foi aí constituindo posses em terras distantes das áreas habitadas, onde o domínio efetivo dos poderosos ainda não havia chegado. Esse processo de ocupação das terras fora do alcance imediato dos coronéis e da Coroa Portuguesa permitiu a multiplicação das unidades familiares de produção rural por amplo espaço do território nacional. Mas, sempre na condição de ocupações irregulares, já que a Lei de Terras só reconhecia a propriedade de terras compradas em dinheiro, à vista, dos donos das sesmarias ou da Coroa.

A agricultura familiar desempenhou de fato papel decisivo para a formação econômica do País, mas não teve o apoio do Estado ao longo de séculos de nossa história. Ao contrário, foi sempre desconsiderada pela opção por um modelo agrário

O MDA foi criado pela Medida Provisória (MP) 1.999-14, de 13 de janeiro de 2000, a partir da transformação do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária, instituído em abril de 1996. Antes, a MP 1.911-12, de 25 de novembro de 1999, e a MP 1.999-13, de 14 de dezembro de 1999, haviam transformado esse mesmo Gabinete em Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar e em Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, respectivamente. A MP nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, transferiu do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o MDA as atribuições relacionadas com a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares.



baseado na grande propriedade territorial produtora de gêneros para exportação, que seguia o costume colonialista de consumir os recursos naturais e humanos da nação para enriquecer a elite detentora do poder político. Em raros momentos, somente quando da ocorrência de crises agudas causadas por falta de alimentos, o poder público dava alguma atenção à agricultura familiar.

Desde que surgiram os primeiros movimentos sociais de luta pela terra, como as Ligas Camponesas em 1945, a questão agrária tem sido um dos maiores desafios para os governantes no Brasil. A estrutura agrária brasileira tem raízes num Brasil Colonial que se desenvolveu a partir da grande propriedade, do latifúndio. O sistema de capitanias hereditárias, que permitia aos súditos da Coroa Portuguesa a exploração econômica da terra, e o regime de sesmarias, que entregava grandes porções de terras a quem se dispusesse a explorá-las foram determinantes para a concentração fundiária verificada no País.

A crescente influência exercida pelos movimentos sociais pela reforma agrária na sociedade e nas decisões governamentais tem contribuído para colocar na agenda política a necessidade de superação de uma visão restrita dessa reforma, fundada apenas na distribuição de terras e em medidas sociais compensatórias. Esta outra visão compreende um conjunto articulado de políticas públicas, capaz de integrar as políticas de reforma agrária às de desenvolvimento rural. Em alguns casos, as propostas para o desenvolvimento rural aparecem associadas à construção de um novo modelo agrário em um projeto nacional de desenvolvimento.

Nas décadas de 1980 e 1990 foram criados o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), dois marcos para os movimentos sociais do campo. Finalmente, o “trabalhador produtor rural em regime de economia familiar” passou a ser reconhecido oficialmente como uma importante categoria de produtor com características específicas e foi legalmente denominado Agricultor Familiar. Entretanto, não se pode dizer que já foram atendidas as grandes reivindicações históricas da classe trabalhadora do campo. Apesar do avanço político que a adoção dessas ações pelo Estado significou, trata-se de políticas ainda em fase de construção, incompletas, com alto grau de desarticulação, com recursos insuficientes e com problemas de planejamento e operacionalização que precisam de grandes correções.

A agricultura familiar no Brasil é responsável por mais de 40% do valor bruto da produção agropecuária e suas cadeias produtivas correspondem a 10% de todo o PIB do País. Reúne 4,2 milhões de agricultores, representa 84% dos estabelecimentos rurais e emprega 70% da mão de obra do campo. Além disso, é responsável pela maioria dos alimentos na mesa dos brasileiros: 84% da mandioca, 67% do feijão, 58% dos suínos, 54% da bovinocultura do leite, 49% do milho, 40% das aves e ovos, 32% da soja, entre outros.



PRONAF

O Pronaf é um Programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda. Criado em 1995, apenas como uma linha de crédito de custeio, PRONAF passou por grandes mudanças e ampliou seus instrumentos de atuação. Em mais de uma década, o agricultor e a agricultora familiar, os quilombolas, os assentados da reforma agrária, os pescadores artesanais e aqüicultores, os extrativistas, os silvicultores, os ribeirinhos e os indígenas utilizaram aproximadamente R\$ 29,2 bilhões em crédito Pronaf, totalizando cerca de 7,6 milhões de contratos.

A reforma agrária é uma delas. Ela permanece como um programa de caráter emergencial para atender a demandas sociais localizadas, e não adquiriu o caráter de uma política de desenvolvimento rural e inclusão produtiva. Não é ainda uma porta de entrada consistente para centenas de milhares de trabalhadores rurais sem-terras (assalariados, pequenos meeiros, arrendatários, posseiros, minifundistas) ingressarem numa agricultura familiar forte e consolidada.

A implantação dos assentamentos é normalmente mal planejada, demorada e penosa para as famílias assentadas. A educação rural e as ações de qualificação do agricultor ainda estão longe de responder ao desafio de preparar os recém-assentados para o desafio de inserir novamente no processo produtivo rural. A legislação precisa ser aperfeiçoada para uma gestão agrária mais consistente, que dê conta das diversas demandas para se construir territórios rurais com estrutura agrária justa e sustentável.

É imprescindível inserir a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar dentro da lógica do desenvolvimento sustentável, integrando-os aos programas ambientais, principalmente àqueles relacionados com a gestão dos recursos hídricos e do solo. Ninguém mais do que o agricultor familiar, incluindo os assentados, que vivem e criam seus filhos no ambiente rural, pode vir a se transformar em aliado estratégico para a questão ambiental no meio rural. Mas para isso deve-se, por exemplo, intensificar as ações de educação ambiental, divulgar técnicas produtivas ambientalmente mais adequadas (como a agroecologia) e remunerar segmentos específicos por serviços ambientais prestados à sociedade.

Por fim, é preciso evidenciar que as políticas públicas dependem de um Estado forte, bem estruturado e eficiente, que possa implementá-las de modo que gerem de fato os resultados esperados. Nesse sentido, as políticas neoliberais que restringem a atuação do Estado em suas atribuições de promoção do desenvolvimento e da justiça social têm dificultado a implementação dessas políticas. A questão é que nem sempre fica claro como concretizar a colocação da reforma agrária na agenda das políticas públicas. Neste sentido, deve-se ampliar a compreensão da necessidade do fortalecimento do papel do Estado que implica desenvolver e implementar políticas de desenvolvimento que reconheçam direitos e promovam o acesso democrático



aos recursos naturais e aos recursos financeiros associados à reforma agrária. A preocupação é que a ação estatal com tais finalidades também está condicionada por políticas macroeconômicas, mais especificamente pelas políticas orçamentárias e tributárias e pela dívida interna do setor público. Tais políticas estão, evidentemente, imbricadas às demais políticas, mas nem sempre são merecedoras de análises próprias.

5.2 SÍNTESE: ALGUMAS QUESTÕES TRAZIDAS PELAS TURMAS DOS CURSOS DA ENFOC

O desenvolvimento brasileiro é caracterizado por uma profunda diferenciação regional, devido à enorme diversidade ambiental, aos diferentes níveis de especialização e de inserção ao mercado, às diferentes dinâmicas de desenvolvimento e aos diferentes níveis de organização da sociedade. As políticas de desenvolvimento e o mercado aceleram ainda mais estes processos de diferenciação social e regional.

Algumas regiões conseguem crescer e desenvolver mais rapidamente que outras porque seus estados ou municípios apresentam uma maior capacidade de organizar os seus fatores endógenos, direcionando-os para o fortalecimento da organização social, para o aumento da autonomia local na tomada de decisões, para o aumento da capacidade de reter e reinvestir capitais, para o aumento da inclusão social e para o aumento da capacidade de regenerar e conservar o meio ambiente.

A definição e a caracterização das dinâmicas regionais de desenvolvimento é um importante subsídio para orientar a promoção de processos regionais de desenvolvimento. Esses processos devem estar articulados a processos de desenvolvimento local, uma vez que se é no nível regional que se estabelecem os principais processos de desenvolvimento, em particular para o meio rural, nos municípios estão situados espaços privilegiados de ação social e de definição e gestão de políticas públicas.

Dentre outros aspectos, as políticas para o desenvolvimento territorial levam em conta a formulação de políticas para os assalariados rurais orientada por políticas



de garantia e melhoria das condições de trabalho, relativas a emprego, salário e direitos trabalhistas em geral, como também, a formulação de alternativas de ocupação dos assalariados rurais na perspectiva de expansão da agricultura familiar.

Além desse aspecto é importante destacar as políticas sociais (saúde, previdência e assistência social) como outro grupo de políticas fundamentais para a melhoria das condições de vida da população rural.

Neste sentido o fortalecimento da agricultura familiar com a organização da produção e da comercialização através de cooperativas de agricultores familiares, integradas à cooperativa de consumo associada às políticas sindicais para a organização da produção (de base agroecológica) e a implantação de pequenas agroindústrias familiares, a reformulação da legislação através da regulamentação da agroindústria artesanal exige do movimento sindical no nível local como uma forma de construção do projeto alternativo de desenvolvimento com estratégia central do sindicalismo dos trabalhadores rural na Região Sul.

O comportamento do emprego no meio rural vem se modificando ao longo do tempo. Pode-se perceber que o rural não é mais unicamente agropecuário. Existem atividades não agrícolas realizadas no meio rural vinculadas ou não à agropecuária, gerando o fenômeno conhecido como pluriatividade. Desta forma, as principais propostas de desenvolvimento do movimento sindical passam necessariamente pela geração de emprego e reforma agrária, a luta pela terra, com a organização dos agricultores familiares sem-terra e dos assalariados. No entanto, é fundamental que junto com a luta pela terra seja construído um projeto global de organização dos assentamentos (produção, comercialização, assistência técnica, crédito, educação, etc.), organização dos assalariados baseada na garantia do emprego, a criação de sindicatos específicos de assalariados, políticas de gênero e processo de organização da juventude rural, além de discutir um modelo de desenvolvimento rural compatível com a questão ambiental.

As formulações atuais do movimento sindical sobre o projeto de desenvolvimento rural sustentável são muito genéricas, havendo uma grande dificuldade de formular propostas concretas. É necessário sensibilizar o poder local e a sociedade



civil organizada, para junto construir uma proposta, sendo fundamental a intervenção do movimento na formulação de políticas através dos conselhos e das câmaras.

A articulação com outros atores é uma estratégia fundamental para o movimento sindical poder contribuir para a concepção de desenvolvimento que predomina no País. O desenvolvimento não se resume a crescimento econômico, significa incorporar outras questões. A política econômica nacional privilegia a indústria e não a agricultura. Neste sentido, a reforma agrária é uma prioridade.

Há uma limitação prática na construção deste projeto. A cultura de produção agrícola familiar é presa às experiências dos seus antepassados, com dificuldade de acompanhar as mudanças na agricultura atual. Para superar esta limitação, é fundamental desenvolver junto com as associações um processo de formação de base, realizar um trabalho educativo respeitando a realidade local, adequando os currículos escolares ao meio rural, resgatar a cultura do nosso povo e realizar intercâmbios de experiências com outras regiões.

Criar novas formas de desenvolvimento, disputar o mercado regional, incentivar a comercialização dos produtos da agricultura familiar pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as), contemplar outras formas de geração de emprego e renda. Ou seja, criar formas de desenvolvimento por dentro.

Além disso, precisam ser implementadas políticas imediatas para a moradia, para a distribuição de renda, para a educação, para a saúde, para o abastecimento de água e de geração de emprego para os assalariados rurais.

O fortalecimento da agricultura familiar é necessário. Na maioria dos lugares a base do movimento sindical não tem conseguido efetivar contratos do Pronaf, sendo então prioritária a luta do movimento por sua implementação. As propostas levantadas continuam restritas às políticas para a agricultura familiar, ou seja, não aparecem propostas relacionadas à questão fundiária ou aos assalariados rurais. Isso demonstra que, em boa medida, o sindicalismo rural está voltado simplesmente para a agricultura familiar, trazendo, então, a necessidade de diversificar mais a pauta e a agenda sindical, sob pena de exclusão de partes importantes de sua base sindical. Desta forma, é imperativa a necessidade de trabalhar mais a organização por local de trabalho/moradia e do associativismo/cooperativismo. Isto revela uma dificuldade do sindicalismo rural em incorporar novas formas organizativas e é um impasse determinante a ser enfrentado para dar conta das lacunas levantadas anteriormente, sobretudo quando o sindicalismo coloca como bandeira prioritária a construção de um projeto alternativo, que tem por base a agricultura familiar.

Outro aspecto fundamental é a necessidade de formação de lideranças, tanto de quadros como de base, no sentido de qualificar os dirigentes sindicais para o



enfrentamento dos dilemas no campo das políticas de desenvolvimento rural ou no campo das políticas sindicais.

As dinâmicas de desenvolvimento da região levam em conta quatro eixos imprescindíveis para a formulação da região, considerando as áreas muito afastadas ou de difícil acesso aos maiores centros urbanos e áreas de atividades pesqueiras. Para estas regiões, o movimento sindical considera que a estratégia central é a implantação de projetos agroextrativistas sustentáveis de economia familiar. Os maiores potenciais destas regiões são a piscicultura e a pesca, a pequena indústria de marcenaria, a agricultura perene, o ecoturismo, a criação de pequenos animais e a bubalinocultura, o artesanato, principalmente de argila, e a medicina caseira.



Considerações Finais

O processo formativo é sempre algo contínuo, permanente. Nas novas relações se apresenta sempre algo de novo. A formação oportuniza não só o conhecer as questões do campo, as diversas práticas analisadas na perspectiva histórico, sociocultural, mas também o desenvolvimento nos seus múltiplos aspectos: social, econômico, político, cultural, etc, bem como refletir criticamente sobre seu papel e do MSTTR.

O sistema capitalista vem exigindo dos agricultores(as) condições para que possam não só plantar, mas colher, negociar e vender os seus produtos. Mas também melhores formas de se apropriarem do conhecimento. Antes, o agricultor(a) vivia de monocultura; hoje, por outro lado, o mercado exige não só a prática da policultura ou a diversidade de culturas, mas também de saberes.

Os agricultores(as) necessitam de formação para se tornarem 'sujeitos' do campo. Não adianta dizer para eles o que devem plantar, ou apresentar quais os produtos que devem investir em suas propriedades. É preciso que eles entendam as relações que envolvem as práticas e a forma como o mercado estabelece sua dinâmica.

O crescente aumento dos problemas, sobretudo sociais e ambientais, decorrem do modelo de desenvolvimento, não obstante, muitas iniciativas têm sido postas em prática para amenizar ou tentar reverter esta lógica, muito bem planejada e arquitetada, que privilegiou uma minoria em detrimento da maioria. A reversão tem passado por um debate sobre o desenvolvimento sustentável que, no rural, tem colocado a agroecologia como base científica e pilar de sustentação desse novo modelo.

A formação ideológica é uma pré-condição à disputa com o projeto hegemônico que desafia, fortemente, a classe trabalhadora na atualidade. Disputa esta que exige cada vez mais rapidez (quanto às respostas imediatas aos ataques aos direitos), e qualidade na ação sindical (construção de políticas que promovam igualdade) que responda aos desafios históricos de superação das desigualdades sociais.

O momento exige uma ação formativa ideológica que seja capaz de desconstruir a concepção uniformizadora produzida pela educação neoliberal, que intencionalmente



produz na sociedade sentimento de igualdade, quando esta mesma educação reproduz o preconceito e naturaliza as desigualdades. Ao longo da história foi negado à classe trabalhadora o direito de estudar sobre sua própria história. Conhecer suas raízes, sua identidade – individual e coletiva –, ou seja, o direito de ser cidadão/cidadã, de ter sentimento de pertencimento a uma classe social: a um povo que tem memória, tem história e tem o direito de sonhar com a construção de um mundo novo, onde as pessoas sejam gente e não mercadoria. A perspectiva aqui é construir uma lógica pedagógica que contribua para que os sujeitos resgatem sua identidade de classe, questionem os preconceitos e as desigualdades, e construam sujeitos críticos capazes de ressignificar o “sentido da vida” e de reinventar a emancipação humana.

Assim, a nova sociabilidade é, – ao mesmo tempo –, um convite ao reencontro com os fundamentos da educação popular e uma autocrítica à prática sindical, tanto no que se refere ao fazer pedagógico como à ação sindical. Conjuguar essas duas dimensões é reafirmá-las como imprescindíveis a formação transformadora e libertadora. É reconhecer as suas múltiplas formas, origens e concepções. É, sobretudo, considerar que a prática formativa dos sujeitos, assim como a ação sindical, é indivisível nos processos formativos, independentemente de onde ele aconteça.

Propõe-se formar sujeitos coletivos que reflitam sobre a condição de exploração, opressão e exclusão, das quais passa a classe trabalhadora, pois considera que: sem o conhecimento da realidade qualquer ação referenciada pela ideologia não poderá ter nem direção nem consequência. Isto por si só justifica a opção pela combinação da formação sindical com formação política ideológica numa inter-relação de aspectos da vivência (contemporâneos) com elementos da histórica e da sociologia.

Essa pedagogia com suas múltiplas dimensões efetiva-se por meio da formação programada e da formação na ação, ambas compondo o cotidiano sindical e cumprindo o papel estratégico na vida sindical. Estas duas dimensões são espaços de reflexão política sobre os desafios inerentes à luta sindical. Os dois “lugares” são intencionalmente voltados para: planejar ação, politizar o cotidiano sindical, formar sujeitos autônomos, construir novos valores (individuais e coletivos) e contribuir para ressociabilizar os sujeitos e afirmar identidade de classe. A formação programada, acontece por meio de cursos presenciais e/ou a distância e ainda seminários, oficinas, etc. A formação na ação é aquela que ocorre no cotidiano sindical: na participação em congressos, plenárias, ações de mobilizações de massa, intercâmbios, assembléias, acampamentos, etc.

Vários são os limites da ação formativa e da prática político-sindical, dentre eles a falta de registro e sistematização de experiências. Há medida que se escreve sobre



o “fazer” que se reflete criticamente, reformulando e lhe dando novo significado de modo a alcançar os objetivos pretendidos. Tanto no caso em que uma experiência tiver fracassado ou tiver sido exitosa, a riqueza do acúmulo teórico-metodológico nela contido poderá ser valorizada e incorporada à aprendizagem. A condição para que isso aconteça é a sistematização da própria experiência. O mesmo ocorre com os intercâmbios de experiências que implicam adotar metodologia que favoreça uma verdadeira “imersão” a uma realidade concreta, possibilitando uma visão crítica, tanto por parte de quem a “visita” como por quem a socializa.



Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; 1991.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.

Economia Aplicada, v. 4, n. 2, abr./jun. 2000.

AGUIAR, Vilênia V. P. **Sindicalismo rural e cooperação agrícola**: buscando as bases para a construção de outro desenvolvimento. Projeto de doutorado. Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas: sociedade e meio ambiente Centro de Filosofia e Humanas/UFSC, 1999. Não Publicado.



_____. **Do desenvolvimento agrícola ao desenvolvimento rural sustentável**: algumas considerações. Concepções sobre desenvolvimento: uma abordagem introdutória ao debate atual. Curso de Formação de Educadores, Curitiba. 10 a 16 de março de 2008.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: _____. **Reconstruindo a agricultura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.

BAVA, S. C. Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, 1996.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são Assentamentos Rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BEZE JR, Zeke. **Perspectivas do MSTTR das políticas públicas para a agricultura familiar**. Curso de Formação de Educadores, Araruana, RJ, 24 de fevereiro a 1º de março, 2008.



BEZE JR, Zeke. **Avançar com as políticas de reforma agrária e de fortalecimento da agricultura familiar**. Curso de Formação de Educadores, Araruana, RJ, 24 de fevereiro a 1º de março, 2008.

BRANDENDURG, Alfio Ruralidades; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno.

Questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. Brasília: MDA, 2007. (NEAD Estudos; 20).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Mercado de trabalho agrícola no Brasil**: principais características das fontes de dados Brasília: MDA; São Paulo: DIEESE, 2007.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Brasília: IICA, 2002.



CERQUEIRA, Regina C. **Estratégias de integração agroindustrial**: os agricultores familiares e a Aracruz Celulose na Zona da Mata Mineira. Dissertação (Mestrado) – UNIVERSIDADE???, CPDA, Rio de Janeiro, 1993.

DIAS, Marcelo. **Miná**: concepções sobre desenvolvimento: uma abordagem introdutória ao debate atual. Curso de Formação de Educadores, Curitiba, 10 a 16 de março de 2008.

FERREIRA, Ângela D. Damasceno. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 18, abr. 2002.

GUILHOTO, Joaquim J. M. et al. **Agricultura familiar na economia**: Brasil e Rio Grande do Sul. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MALUF, Renato S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade brasileira. In: MALUF, R. S.; CARNEIRO, M. J. (Org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.



MATTEI, Lauro. A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense. **Ideias e Ações**, Florianópolis, ano 2, n. 4, abr. 1998.

MIOR, Luiz Carlos. Políticas públicas e desenvolvimento rural. In: SOBER. **Anais...**, 1997.

MORAES, Sandra Regina Ribeiro de et al. Visão geral dos problemas e da política ambiental no Brasil. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 34, n. 4, abr. 2004.

NUNES, E. **A gramática política no Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília. DF: ENAP. 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **O desafio do agronegócio brasileiro**. São Paulo: USP, 2004.

PERONDI, M. A. Agricultura como fronteira entre sociedade e natureza: novos atributos à multifuncionalidade. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPPAS, Campinas, 2. [Anais...]. Campinas, 2004.



PETTER, Rudimar Luís et al. Desenvolvimento territorial: uma análise espacial e sua relação com a ruralidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 2. **Resumos...** [DATA?]

RAMOS, Pedro et al. **Dimensões do agronegócio brasileiro**: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007. (NEAD Estudos; 15).

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro. **Desenvolvimento sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SEM, A. **Desigualdade reexaminada**. São Paulo: Ed. Record, 2001.

SILVA, José Graziano da. **A Modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas, 1996. Não Publicado.



SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

SINGER, Paul Israel. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, Adriano. Campolina: a multifuncionalidade da agricultura familiar. **Revista Proposta**, n. 87, dez./fev. 2000/2001.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Modelo agroecológica de desenvolvimento rural para os projetos de reforma agrária no cerrado**. Belém, PA, jun. 2005.

STROPASOLAS, Valmir Luís. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006.



SOBER. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37. **Anais...** Foz do Iguaçu, 1999. (CDROM).

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

_____. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

SPAROVEK, Gerd et al. **Análise territorial da produção nos assentamentos**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005

VAN DER PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sergio. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006. p. 13-56.

_____. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S. (Ed.) **Ecología, campesinato y historia**. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1992. p. 153-195.

_____. **Labor, markets, and agricultural production**. Boulder: Westview Press, 1990.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: desafios do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.



VAN DER PLOEG, J. D. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, 2006.

_____. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno, In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA, 35. **Resumo dos anais...** Natal, RN, 1997.

_____. **Olhares sobre o “rural” brasileiro**. Recife: UFPE, 1999. Não Publicado.

_____. O lugar dos rurais: In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35. **Anais...** Natal, 1997. v. 1, p. 90-113.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço e ator coletivo. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, out. 2000.



Assessoria da CONTAG

Adriana Borba Fetzner

Amarildo Carvalho de Souza

Ana Maria Krigner Pompe

Armando Santos Neto

Célia Hissae Watanabe

Cléia Anice da Mota Porto

Décio Lauri Sieb

Edson Barbeiro Campos

Eliene Novaes Rocha

Evandro José Morello

Fani Mamede

Iara Duarte Lins

Ivaneck Perez Alves

Jeová Simões

Luiz Vicente Facco

Maria Cavalcante Vicente

Maria do Socorro Souza

Marleide Barbosa de Sousa

Paulo de Oliveira Poleze

Raimunda de Oliveira Silva

Raquel Luiza Cardoso dos Reis Silva

Rodrigo Silva Leal

Ronaldo Ramos

Sara Deolinda C. Pimenta

Zeke Beze Júnior

Assessoria Parlamentar

Assessoria de Formação e Organização Sindical

Assessoria da Comissão Nacional de Mulheres

Assessoria da Comissão Nacional de Jovens

Assessoria de Formação e Organização Sindical

Assessoria de Política Agrária

Assessoria de Política Agrícola

Assessoria da Presidência

Assessoria de Políticas Sociais

Assessoria de Políticas Sociais

Assessoria de Meio Ambiente

Assessoria de Finanças e Administração

Assessoria Jurídica

Assessoria Formação e Organização Sindical

Assessoria de Relações Internacionais

Assessoria de Políticas Sociais

Assessoria de Políticas Sociais

Assessoria da Secretaria de Assalariados

Assessoria de Política Agrícola

Assessoria de Formação e Organização Sindical

Assessoria da Secretaria de Assalariados

Assessoria da Secretaria Geral

Assessoria de Política Agrícola

Assessoria de Gênero

Assessoria de Política Agrícola

